

Veículo: Site A Tarde	
Data: 17/06/2020	Caderno: Economia

A TARDE

Qua , 17/06/2020 às 16:44 | Atualizado em: 17/06/2020 às 16:46

Suspensão dos processos administrativos fiscais é prorrogada para dia 30

Da Redação



Foto: Reprodução

A contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)** foi prorrogada novamente, desta vez para o dia 30 de junho. O prazo anterior de suspensão terminava em 14 de junho.

De acordo com informações da Secretaria de Comunicação (Secom), a medida foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do Decreto nº 19.757, tendo em vista a crise do novo coronavírus. Os contribuintes que quiserem protocolar contestações relativas à cobranças de tributos não poderão fazer essas solicitações no período legal. Segundo a Secom, a suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar impugnações ou recursos.

A medida é parte da estratégia do Estado diante da pandemia da Covid-19 na Bahia. As 34 unidades da Sefaz distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento desde 23 de março e o atendimento de 22 serviços, prestados anteriormente apenas de forma presencial, foi migrado para o meio virtual.

Em caso de dúvidas, o contribuinte pode enviar um e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 17/06/2020	Caderno: Covid 19



Publicado em 17/06/2020 às 16h04.

Governo do estado prorroga para 30 de junho prazos de recursos na Sefaz

Prazo foi ampliado mais uma vez desde março, quando os atendimentos foram migrados para o meio virtual no início da pandemia

Redação



Foto: Pedro Moraes/GOVBA

O governo da Bahia prorrogou para 30 de junho a contagem dos prazos de recursos referentes a processos administrativos fiscais no âmbito da **Secretaria da Fazenda**. A medida permite que os contribuintes que queiram protocolar contestações referentes a cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações.

A prorrogação permite também que os contribuintes continuem no prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo foi ampliado mais uma vez, desde o início da pandemia do novo coronavírus, como parte da estratégia do governo diante da pandemia.

As 34 unidades da Fazenda distribuídas por todo o estado deixaram de oferecer atendimento desde 23 de março. No período foi feita a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas presencialmente.

Veículo: Jornal Grande Bahia	
Data: 17/06/2020	Caderno: Brasil



**Jornalismo
com opinião
em defesa da
Ecologia Integral**

SEFAZ Bahia orienta contribuinte a solicitar restituição de imposto via e-mail

A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** orienta os contribuintes que pleiteiam restituição de imposto a enviarem a solicitação via e-mail. A solicitação era feita nas 34 unidades do fisco distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus.

A solicitação deve conter o requerimento de restituição preenchido e encaminhado para o e-mail da região fiscal à qual o contribuinte está vinculado: restituicao_metro@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Metropolitana), restituicao_norte@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Norte) ou restituicao_sul@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Sul). O formulário de requerimento do imposto encontra-se no www.sefaz.ba.gov.br, na área “Carta de Serviços – Consulte”. O contribuinte pode solicitar análise de restituição para ICMS, IPVA, ITD e Taxas.

A restituição de imposto na forma de créditos a serem ressarcidos pelo fisco ocorre em casos de erros de preenchimento, pagamentos a maior ou em duplicidade, entre outras variações. Após o recebimento do e-mail, as equipes da Sefaz-Ba farão o devido encaminhamento da demanda. O contribuinte deve aguardar a resposta também via e-mail, com a confirmação ou não do direito, prazos e formas de restituição.

Se houver dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-Ba orienta que o contribuinte entre em contato via call center no 0800 071 0071 (telefones fixos) ou no 71 3319-2501 (telefone fixo e celular), nos dias úteis, das 8 horas às 17 horas, ou por meio do faleconosco@sefaz.ba.gov.br. No site da Sefaz-Ba também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo informações, formulários e orientações com relação aos serviços oferecidos pela secretaria.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

17/06/2020 15:24

Suspensão dos processos administrativos fiscais é prorrogada para dia 30

Foi novamente prorrogada pelo Governo do Estado, desta vez para o dia 30 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba). Publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do Decreto nº 19.757, a medida foi implementada tendo em vista a crise do novo coronavírus. Assim, os contribuintes que quiserem protocolar contestações relativas à cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava no dia 14 de junho.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento desde o dia 23 de março, e foi feita a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial. Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Todos os serviços em meio eletrônico

Ao entrar na [página da Sefaz-BA](#), basta clicar no ícone "Carta de Serviços ao Cidadão", localizado na lateral direita do site, para ter acesso à relação completa dos 22 serviços que migraram para o meio eletrônico e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail. Ao todo, 113 serviços estão disponíveis para os contribuintes no site da Sefaz-BA.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249
[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupotarde.com.br

2020: o ano que não começou

O ano de 2020 não começou e sequer sabemos bem como ele vai terminar. Na Bahia o ano só começa depois do Carnaval, mas em 2020 mal passou a festa, e a economia começava a deslanchar, quando veio a Covid-19. E o isolamento social dela resultante causou um tsunami na atividade econômica. O impacto foi devastador.

Em abril, as vendas no varejo caíram 17%, a maior queda em 20 anos, a indústria reduziu a produção em 27% e as exportações caíram 32%, sempre em relação ao mesmo mês do ano passado. Os serviços despencaram, a atividade turística foi quase a zero e o principal imposto estadual, o ICMS, reduziu-se em quase 30%. Os dados são da SEI/Seplan, e as perdas vão se repetir em maio e junho.

Frete a esse cenário e para que não haja uma destruturação sem precedentes da economia baiana, é necessá-

rio, é fundamental, é imperativo que o ano de 2020 comece e que haja a reabertura da economia, ainda que parcial, a partir de 1º de julho. Naturalmente, essa retomada se dará de forma gradual, em períodos definidos e sob rígidos protocolos sanitários, mas é preciso que seja feita, sob pena de, após 90 dias de quarentena, sem faturamento e com custos crescentes, muitas empresas baianas serem obrigadas a encerrar as atividades.

O isolamento social causou um tsunami na atividade econômica

Ao final de junho, quando estará completa a ampliação dos novos leitos de UTI em Salvador e outras cidades, será uma temeridade prorrogar o isolamento social nos mesmo moldes atuais.

No entanto, no âmbito do poder público estadual e municipal, isso não é consenso, e se há estudos que mostram que a estabilidade de casos e mortes em determinado local já foi atingida, outros afirmam que o pico, sempre adiado, só se dará em meados de

A flexibilização da economia a partir de 1º de julho é um imperativo

julho, o que empurraria a reabertura da economia para agosto. Se isso efetivamente ocorrer, à tragédia sanitária vai juntar-se uma tragédia econômica. Vários estados estão flexibilizando o isolamento, e a Bahia e sua capital precisam fazer o mesmo, ainda que monitorando seus efeitos, e, no caso de Salvador, com a prefeitura ampliando ou reduzindo a restrição em bairros determinados.

A flexibilização precisa atingir lojas, shoppings, salões de beleza, academias e serviços, ainda que em horários restritos e sob normas rígidas. É verdade que corre-se o risco de aumentar o contágio e, nesse caso, as normas voltarão a endurecer, mas é assim que vem sendo feito em vários estados no Brasil e nos Estados Unidos. A flexibilização da economia a partir de 1º de julho é um imperativo, para que assim o ano de 2020 possa começar.

O Brasil e a Covid

O Brasil sempre surpreende, e para pior. Na Europa, quando os casos e as mortes por Covid-19 explodiram, a ação foi imediata: lockdown com multa alta para quem fosse às ruas. No Brasil, em vez do lockdown, optou-se por um isolamento social flexível, e cada governador ou prefeito abria e fechava estados e municípios ao seu talento. E isso aconteceu porque não

houve coordenação central: o presidente Bolsonaro foi incapaz de estabelecer uma política nacional unificada, preferiu negar a doença (uma gripezinha!), clamar contra o isolamento e estimular a cizânia. Resultado: na Europa, após dois meses, os países estão retornando às atividades, no Brasil, após três meses, ninguém sabe o que será.

A Covid e a arrecadação

Se a economia não começar a girar a partir de 1º de julho, não só as empresas estarão à beira do colapso, mas também as finanças do estado e dos municípios. A queda de quase 30% na arrecadação de ICMS só não foi maior por causa da concentração da pauta arrecadatória da Bahia em poucos setores, petróleo, comunicações e energia, mas, ainda assim, vai se

agravar. Os recursos federais estão ajudando, mas ficaram aquém do esperado. Já nos municípios, a redução nos repasses do ICMS impactou a todos, e a queda na arrecadação do ISS (Imposto sobre Serviços) e outros começa a colocar em risco o pagamento de compromissos. É hora de abrir a economia, antes que seja necessário fechar os governos.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

RECUO Ano de 2020 tem sido o pior para os serviços na Bahia desde 2011

SETOR DE SERVIÇOS TEVE QUEDA RECORDE EM ABRIL

MARJORIE MOURA

Os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem, são os piores da série histórica

em Rondônia (2,7%) e no Amazonas (0,8%).

No acumulado nos 12 meses encerrados em abril, os serviços também seguem em baixa na Bahia (-6,2%). Um desempenho bem inferior ao nacional (-0,6%) e o

iniciada em 2011. No Brasil, a queda recorde foi de 11,7%, e na Bahia, em abril, foram registradas reduções inéditas tanto em relação a março (-21,0%) quanto a abril/19 (-29,9%). "Esse é o terceiro recuo consecutivo e o mais intenso da série histórica, iniciada em janeiro de 2011", destacou o IBGE.

De março para abril quase todas as 27 unidades da Federação apresentaram recuos no volume de serviços prestados: houve crescimento somente em Mato Grosso (9,0%). No país como um todo, os serviços acumulam queda de -4,5% de janeiro a abril de 2020, com resultados positivos apenas

4º recuo mais profundo entre os estados. Na Bahia, a queda ante março (-21,0%) foi a 3ª mais intensa entre os estados; na comparação com abril/19 (-29,9%), o estado teve 2º maior queda do país. Até abril, o ano de 2020 vem sendo o pior para os serviços na Bahia desde 2011, com queda acumulada de -12,3%, a maior da série histórica da PMS e o recuo mais intenso do país.

Pelo 2º mês consecutivo, em abril, todas as cinco atividades de serviços recuaram na Bahia ante o mesmo período de 2019, puxadas pelos serviços prestados às famílias (-75,7%) e transportes (-33,5%). Ambos os segmentos



Resultado negativo é o pior desde início da série histórica, em 2011, e é efeito, em boa parte, do isolamento social

PERDAS NO SETOR DE TRANSPORTES

Além da perda das receitas no transporte aéreo e rodoviário de passageiros, há queda no transporte de carga, operação de aeroportos, concessionárias e outros

tiveram quedas recordes no estado desde 2012.

Turismo

Serviços ligados ao turismo também tiveram quedas recordes na Bahia em abril: -63,1% em relação a março e -72,6% ante abril/19. Estas atividades ficaram abaixo do verificado no país como

um todo (-54,5% ante março e -67,3% na comparação com abril/19).

Serviços prestados às famílias na Bahia tiveram a maior retração dentre as atividades (-75,7%). Foi o pior resultado para o segmento desde o início da série histórica da PMS, em 2011, refletindo a perda de receita de restaurantes e ho-

téis, que se aprofundou no mês de abril. O impacto negativo no resultado geral dos serviços baianos, no mês, veio de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. A atividade também mostrou uma queda recorde no estado (-33,5%) e é a que tem mais peso na estrutura do setor de serviços.

JUROS

Taxa Selic de 2,25% a.a. tem menor percentual da série histórica

PEDRO RAFAEL VILELA
Agência Brasil, Brasília

O Banco Central (BC) diminuiu, pela 8ª vez consecutiva, os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 2,25% ao ano, com corte de 0,75 ponto percentual.

A decisão era esperada por analistas financeiros. Segundo a pesquisa Focus do BC desta semana, a maior parte dos agentes econômicos aguardava uma redução dos juros básicos para o pa-

tamar de 2,25%.

Em comunicado, o BC informou que a redução dos juros decidida nas últimas reuniões é compatível com os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus e que, para as próximas reuniões, poderá haver um "ajuste residual" no estímulo monetário.

No entanto, a manutenção da taxa em patamares reduzidos, no médio prazo, vai depender da trajetória dos gastos do governo no ano que vem, tendo em vista os altos investimentos em

recursos para conter os efeitos da pandemia.

Com a decisão de ontem, a Selic está no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018, só voltando a ser reduzida em julho de 2019.

CURTAS

Devedores podem renegociar dívida com a União

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ligada ao Ministério da Economia, vai abrir um novo programa para pagamento de dí-

vidas ativas com a União. O novo regime, chamado de Transação Excepcional, estará aberto para adesões entre 1º de julho e 31 de de-

zembro deste ano. Poderão se inscrever empresas e pessoas físicas cuja capacidade de pagamento tenha sido limitada pela pandemia.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 18/06/2020	Página: 06

Tribuna

Banco do Brasil vai devolver ao Estado da Bahia R\$ 150 milhões

A pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador Manoel Ricardo D'Ávila determinou que o Banco do Brasil devolva ao Tesouro Estadual cerca de R\$ 150 milhões referentes à parcela do mês de maio de um contrato de financiamento do Estado da Bahia com o banco. A decisão acata, em parte, o pedido da PGE que, diante da repercussão mundial ocorrida por conta da pandemia do Covid-19, situação que ensejou a declaração do estado de calamidade pública, repercutindo fortemente no quadro econômico do estado da Bahia, solicitou a suspensão e prorrogação do vencimento das parcelas de maio e novembro de 2020 do financiamento, para serem relocadas para o final do contrato, sem imposição de multa e qualquer restrição cadastral ou qualquer forma de bloqueio.

Responsável pela demanda, o procurador do Estado Jamil Cabus apontou como causa do pedido a situação superveniente e imprevisível causada pela pandemia do Covid-19, o déficit na arrecadação de tributos e também o aumento extraordinário de despesas com a área de saúde para combater a disseminação do coronavírus e tratamento dos pacientes acometidos pela doença, que não estavam previstas no orçamento.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 18/06/2020	Página: 02

Tribuna

Débitos tributários

A Câmara de Salvador aprovou o projeto de indicação do vereador Claudio Tinoco (Democratas) que sugere a suspensão de cobrança de alguns débitos tributários pela Prefeitura de Salvador originados a partir de março de 2020 por conta da pandemia do coronavírus. A indicação do vereador solicita a suspensão da cobrança judicial, da inscrição no Cadin e do protesto de títulos referente a débitos tributários até 31 de dezembro deste ano. Com a aprovação no plenário da Câmara pelos vereadores da Casa, o projeto agora será encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos competentes, que poderão acatar a medida, ou não.



Claudio Tinoco

Devolução

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, Manoel Ricardo D'Ávila, determinou que o Banco do Brasil devolva ao Tesouro Estadual cerca de R\$ 150 milhões referentes à parcela do mês de maio de um contrato de financiamento do Estado da Bahia com o banco. A decisão acata, em parte, o pedido da PGE que, diante da repercussão mundial ocorrida por conta da pandemia do Covid-19, situação que ensejou a declaração do estado de calamidade pública, repercutindo fortemente no quadro econômico do estado da Bahia, solicitou a suspensão e prorrogação do vencimento das parcelas de maio e novembro de 2020 do financiamento, para serem relocadas para o final do contrato, sem imposição de multa e qualquer restrição cadastral ou qualquer forma de bloqueio.

Recursos

Segundo dados divulgados pela Câmara dos deputados, o governo federal gastou apenas 39% dos R\$ 404 bilhões disponíveis para mitigar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19. Os dados foram levantados pela Consultoria do Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, que identificou o Auxílio Emergencial como a ação com maior orçamento previsto. No entanto, apenas 50,44% do valor foi pago pelo governo federal, que corresponde a aproximadamente R\$ 77 bilhões.

Tribuna

RAUL MONTEIRO

Assembleia precisa tomar providências contra “invasor”



Não há dúvida de que todos os recursos investidos para equipar Estados, municípios e suas respectivas unidades de saúde para enfrentar a pandemia do coronavírus precisam ser tão fiscalizados quanto quaisquer outros. Contrariamente ao que pensavam agatunados acostumados a se servir do poder público para construir fortunas pessoais, que viram no momento uma oportunidade ímpar para fazer negócios ilícitos, não seria o caráter emergencial de compras e aquisições para atender a vítimas de uma doença cujo enfrentamento é um desafio para a humanidade que lhes deixaria a salvo de fiscalização.

Felizmente, o resultado está aí. Vários Estados do país registram operações da Polícia Federal destinadas a investigar desvios milionários que os contumazes ladrões do erário acreditavam que passariam despercebidos pela urgência de salvar vidas. Um governador está em processo de impeachment e outros são obrigados a se explicar, muitas vezes

sem argumentos convincentes, sobre o que aconteceu sob suas barbas relativamente à compra de equipamentos para enfrentar a Covid 19. Na Bahia, uma operação da Polícia Civil antecipou-se e prendeu empresários envolvidos numa compra para lá de estranha envolvendo quase R\$ 50 milhões.

Ao que se comenta, a libertação prematura dos investigados pela Justiça local teria, no entanto, impedido que as apurações se aprofundassem e se soubesse o que efetivamente aconteceu com o dinheiro e os respiradores, que, adquiridos em nome do Consórcio Nordeste, presidido pelo governador Rui Costa (PT), nunca foram entregues e, pelo visto, nunca serão produzidos, conforme se deduz de entrevista à TV Bahia dada pelo empresário Paulo de Tarso, dono da Biogenergy, um dos que foram presos e igualmente liberados judicialmente, antes de o caso ser remetido para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por meio da Procuradoria Geral do Estado, que autorizou a compra, Rui Costa tenta trazer de volta o processo para o âmbito estadual, na convicção de que poderá dar

continuidade às investigações e resgatar o dinheiro, investido também pelos demais oito Estados que compõem o Consórcio. A confusão não dá direito, no entanto, a que, invocando o papel de representar um presidente que não deu a mínima para a doença, tampouco para seu enfrentamento no papel que se esperava de coordenador das ações para mitigar seus efeitos sobre a população, deputados que lhe batem continência se arvoreem a invadir hospitais com a desculpa esfarrapada de fiscalizar o investimento dos recursos.

Cenas do ato truculento, que expôs tanto profissionais de Saúde que lutam diariamente contra a pandemia quanto pacientes em situação delicada, precisando de, no mínimo, paz, para poder se recuperar, deveriam ser suficientes para a Assembleia Legislativa, com base no Código de Ética que rege a conduta de seus parlamentares, apurar se houve quebra de decoro, adotando as medidas cabíveis contra seu procedimento, que podem, em casos extremos, levar à cassação de mandato. Já se vive uma pandemia. Não é possível que se permita que alguns a transformem, oportunisticamente, num verdadeiro pandemônio só para, como se diz no popular, se “amostrar”.

* Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às quintas-feiras.

Tribuna

Copom faz novo corte, e juro básico cai para 2,25% ao ano

LÁIS LIS / G1

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu ontem a taxa básica de juros da economia brasileira de 3% para 2,25% ao ano. Esta foi a oitava redução consecutiva. A decisão foi unânime.

O corte renovou o menor patamar histórico para a taxa Selic desde 1999, quando entrou em vigor o regime de metas para a inflação.

A decisão do Copom foi tomada em um momento de forte redução do nível de atividade da economia mundial em razão da pandemia do coronavírus, o que tem impactado os índices de inflação.



Em comunicado, o comitê afirmou que o momento exige estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconheceu também que "o espaço remanescente para utilização da política monetária é incer-

to e deve ser pequeno".

O Copom também informou que os cortes na Selic já implementados parecem compatíveis com os impactos da pandemia da Covid-19, e que "um eventual ajuste futuro no

atual grau de estímulo monetário será residual".

Na última reunião, os membros do comitê já haviam afirmado que consideravam um último corte para esta reunião.

O governo brasileiro já admite um tombo de 4,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, enquanto os economistas do mercado financeiro estimam um recuo de 6,5% em 2020.

No comunicado, o Copom destaca que a divulgação do PIB do primeiro trimestre confirmou a maior queda desde 2015, refletindo os efeitos iniciais da pandemia. E, que indicadores sugerem que a contração no segundo trimestre será ainda maior.

Plano Safra 2020/2021 contará com R\$ 236,3 bilhões, diz ministra

AGÊNCIA BRASIL

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina, apresentou o Plano Safra 2020/2021 nesta quarta-feira (17) no Palácio do Planalto. O presidente Jair Bolsonaro, o secretário de Política Agrícola, Eduardo Sampaio Marques, e o diretor do Departamento de Financiamento e Informação, Wilson Vas de Araújo, também participaram do evento.

O Plano Safra 2020/2021 contará com R\$ 236,3 bilhões para apoiar a produção agropecuária

nacional, um aumento de R\$ 13,5 bilhões em relação ao plano anterior.

Os pequenos produtores rurais terão R\$ 33 bilhões para financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 2,75% e 4% ao ano, para custeio e comercialização.

O Plano Safra é uma iniciativa do governo federal que orienta a destinação de recursos para a cadeia do agronegócio e viabiliza o financiamento e a securitização da atividade agrícola e comercialização da produção em todo o Brasil.

Ex-secretário admite falhas na compra de respiradores

CASA CIVIL O ex-secretário da Casa Civil do governo estadual Bruno Dauster admitiu que não foram cumpridos procedimentos obrigatórios na condução dos contratos dos respiradores que não foram entregues ao Consórcio Nordeste e que custaram R\$ 48,7 milhões. Além disso, ele nega que tenha recebido qualquer valor para intermediar as negociações.

Ele foi apontado pela dona da empresa Hemptcare, Cristiana Prestes Taddeo, como a pessoa com quem ela fez as tratativas do contrato. Ela disse que o secretário teria autorizado, em abril, a compra dos respiradores nacionais, depois dos respiradores chineses terem apresentado problemas em outros estados.

Em entrevista exclusiva à TV Bahia, o ex-secretário, que pediu exoneração do cargo no início deste mês, explicou por que usou intermediários para fazer a compra dos respiradores.

“Nós tínhamos condições de prazos razoáveis e de acordo com a nossa necessi-

dade, através de intermediários. Nós confiávamos e isso é, reconheço, questionável, que as pessoas estavam agindo de forma correta como nós estávamos e que em uma situação de pandemia, as propostas que seriam feitas seriam todas reais”, disse.

Bruno admitiu que procedimentos que são obrigatórios para resguardar os contratos públicos não foram seguidos em razão da urgência da pandemia.

“Você tinha empresas que não tinham uma tradição, mas que tinham equipamentos e que vendiam. Tanto que eles chegaram em alguns lugares ocasionalmente. Esse procedimento foi o único possível. Foi um procedimento que identificamos como viável naquele momento que era absolutamente fora do normal para que, no prazo necessário, a gente desse o volume de equipamentos necessários.”

Um dos procedimentos não seguidos foi a realização de licitação e a ausência de uma cláusula de garantia de



PAULA FRÖES/GOVBA

Consórcio Nordeste pagou R\$ 48,7 milhões pelos respiradores



•• Nós confiávamos e isso é, reconheço, questionável, que as pessoas estavam agindo de forma correta
Bruno Dauster

Ex-secretário da Casa Civil do governo de Rui Costa (PT); Dauster pediu exoneração

seguro. Dauster disse ainda que não conhece o empresário Paulo de Tarso, dono da Biogeoenergy, fornecedora dos respiradores no país. O ex-secretário nega que tenha recebido qualquer valor para intermediar as negociações.

Por fim, falou que pediu exoneração porque não queria que a questão fosse politizada. “Pedi porque eu não precisava de ter foro privilegiado. Não cometi nenhum ato ilícito. Segundo, não queria que fosse politizada essa questão. Pedi antes que meu nome fosse citado por qualquer pessoa.”

Correio*

MP ACIONA A COELBA POR 'PRÁTICAS ABUSIVAS'

ENERGIA O Ministério Público da Bahia (MP) acionou a Coelba, ontem, por práticas “abusivas” contra consumidores em Salvador durante a pandemia. A promotoria elencou denúncias de frequentes interrupções no fornecimento de energia, danos a equipamentos elétricos causados por picos e quedas repentinas de energia, como aconteceu anteontem em ao menos dez bairros. A Coelba informou que ainda não foi citada na ação, mas alegou que cumpre todas as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Banco Central reduz taxa básica de juros para 2,25% ao ano

COPOM O Banco Central (BC) diminuiu, pela oitava vez consecutiva, os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 2,25% ao ano, com corte de 0,75 ponto percentual. A decisão era esperada por analistas financeiros. Segundo a pesquisa Focus do BC dessa semana, a maior parte dos agentes econômicos aguardava uma redução dos juros básicos para o patamar de 2,25%.

Em comunicado, o BC informou que a redução dos juros decidida nas últimas reuniões é compatível com os impactos econômicos da pandemia do novo coronavírus e que, para as próximas reuniões, poderá haver um "ajuste residual" no estímulo monetário. No entanto, a manutenção da taxa em patamares reduzidos, no médio prazo, vai depender da trajetória dos gastos do governo no ano que vem, tendo em

vista os altos investimentos em recursos para conter os efeitos da pandemia.

"O Copom entende que, neste momento, a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que o espaço remanescente para utilização da política monetária é incerto e deve ser pequeno. O comitê avalia que a trajetória fiscal ao longo do próximo ano, assim como a percepção sobre sua sustentabilidade, são decisivas para determinar o prolongamento do estímulo", afirmou o BC, em nota à imprensa.

Com a decisão de ontem a Selic está no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o

Este corte certamente contribuirá para a queda do custo de financiamento das empresas

Robson Braga de Andrade

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018, só voltando a ser reduzida em julho de 2019.

Entidades empresariais avaliaram que o novo corte na taxa básica de juros da economia, a Selic, foi uma medida acertada. Para a Confederação Nacional da

Indústria (CNI), o acesso ao crédito em meio à pandemia do novo coronavírus é fundamental para atravessar a crise.

"Mais este corte na taxa Selic certamente contribuirá para a queda do custo de financiamento das empresas e, também, da população, que, mais do que nunca, necessitam de crédito para atravessar a fase aguda da crise econômica decorrente da pandemia da covid-19", disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, em nota.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) também considerou acertada a decisão do Copom. A federação entende que a nova redução da taxa básica de juros vai na direção correta, pois a expectativa é que a inflação encerre 2020 abaixo do piso da meta.

"Esse resultado decorre, sobretudo, da forte queda da demanda e massa salarial por conta dos efeitos da pandemia do novo coronavírus. Ademais, dados do segundo trimestre indicam que a contração da atividade econômica poderá ser significativamente superior à prevista anteriormente", disse a entidade, em nota divulgada à imprensa.

Correio***24h****ECONOMIA**

12

Plano Safra contará com R\$ 236,3 bilhões

APOIO AO CAMPO O governo federal lançou, ontem, no Palácio do Planalto, o Plano Safra 2020-2021, que contará com R\$ 236,3 bilhões em crédito para apoiar a produção agropecuária nacional. O volume representa R\$ 13,5 bilhões a mais em relação ao plano anterior, um aumento de 6,1%. Os financiamentos podem ser contratados de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

"Desse total, R\$ 179,4 bilhões são para custeio e comercialização e R\$ 57 bilhões para investimentos nos diversos setores produtivos do agro. São valores que foram corrigidos muito acima da inflação do período", destacou a ministra da agricultura, Tereza Cristina, em discurso no lançamento do pro-

●● Nesse momento desafiador pelo qual ainda passa o Brasil, se torna mais importante ainda garantir a próxima colheita

Tereza
Cristina

Ministra da
Agricultura

grama. "Nesse momento desafiador pelo qual ainda passa o Brasil e o mundo, se torna mais importante ainda garantir nossa próxima colheita, para que continuemos a bater recorde de produção de alimentos", acrescentou a ministra.

A expectativa do governo é de que a próxima safra de grãos bata novo recorde, fechando em 250,5 milhões de toneladas, um volume 3,5% superior à safra passada.

"Nessa pandemia, o campo não parou. Essa região fez com que a alimentação não cessasse nas cidades", afirmou o presidente Jair Bolsonaro, que elogiou o setor agropecuário como motor da economia.

Do total do Plano Safra, os pequenos produtores rurais terão R\$ 33 bilhões para financiamento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(Pronaf), com juros de 2,75% e 4% ao ano para custeio e comercialização. Para os médios produtores rurais, serão destinados R\$ 33,1 bilhões, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), com taxas de juros de 5% ao ano, mais de R\$ 6,6 bilhões a mais do que no ano passado. Para os grandes produtores, a taxa de juros será de 6% ao ano.

A subvenção ao prêmio do seguro rural teve um acréscimo de 30% no valor, chegando a R\$ 1,3 bilhão, o maior montante desde a criação do seguro rural. O valor deve possibilitar a contratação de 298 mil apólices, num montante segurado da ordem de R\$ 52 bilhões e cobertura de 21 milhões de hectares. Para incentivar a construção de armazéns nas propriedades, serão destinados R\$ 2,2 bilhões.

Petrobras vende campos de petróleo em Alagoas

EMPRESA A Petrobras iniciou ontem a etapa de divulgação de oportunidade, conhecida como teaser, referente à venda de suas participações em sete campos petrolíferos em Alagoas. As concessões são para produção em um polo que inclui seis campos terrestres e um

campo marítimo localizado em águas rasas (Paru).

Os campos terrestres são Anambé, Arapaçu, Cidade de São Miguel dos Campos, Furado, Pilar e São Miguel dos Campos. Em 2019, esses campos produziram uma média diária de 2.348 barris de óleo e condensado, além

de 856 mil metros cúbicos de gás.

Além das concessões e de suas instalações de produção nesses campos, a transação incluirá a Unidade de Processamento de Gás Natural de Alagoas, que é responsável pelo processamento de 100% do gás dos campos.

Indicador de Atividade Econômica tem forte queda

PESQUISA O Indicador de Atividade Econômica (IAE-FGV) aponta retração de 8,8% da economia em abril, em relação a um mês antes. Sobre igual período de 2019, o IAE registra recuo de 12,9%. As quedas são as maiores, nas duas comparações, de toda a série do índice, iniciada em 2000.

O número, ressalta a Fundação Getúlio Vargas (FGV), evidencia o impacto da covid-19 na economia no primeiro mês completo com restrições de mobilidade e isolamento social.

“Os maiores impactos negativos foram sentidos nas atividades industriais e de serviços, que apresentaram recordes de retração em abril, na análise interanual”, afirma a FGV em nota.

Na indústria, os recuos mais acentuados foram no setores de transformação e construção. Entre os serviços, os maiores impactos foram no comércio, em outros serviços e nos transportes.

O IAE-FGV é um indicador que antecipa a tendência da economia brasileira a partir da divulgação de três versões com base na divulgação das principais pesquisas mensais de atividade divulgadas pelo IBGE – PIM (indústria), PMC (comércio) e PMS (serviços).

Governo decidirá prazo de redução salarial

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

O Senado deu o aval para o governo federal prorrogar a suspensão de contratos de trabalho e a redução das jornadas e salários enquanto durar o período de calamidade pública por conta da pandemia do novo coronavírus. Ou seja, até o final deste ano. O período de adiamento, porém, dependerá de decisão do presidente Jair Bolsonaro. Os senadores aprovaram a medida provisória sobre o tema por 75 votos favoráveis e nenhum contrário.

O Programa de Manutenção do Emprego e Renda, que prevê as alterações nas relações de trabalho, entrou em vigor no final de março, com a justificativa do governo de que o objetivo era resguardar o mercado de trabalho durante a paralisação da economia pela pandemia.

A proposta seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro em abril, poucas semanas após a iniciativa ser desenvolvida pelo Ministério da Economia e as regras de funcionamento estabelecidas. AMP é vista como essencial para a preservação dos empregos e também como um alívio financeiro às empresas durante a pandemia de covid-19. Até antontem, de acordo com o Ministério da Economia, pelo menos 10.693 milhões de acordos entre funcionários e empregadores foram assinados nos moldes da MP.

O texto original da MP au-

Senado autorizou a prorrogação do programa federal de manutenção do emprego e renda

torizava a suspensão de contratos por até 60 dias e a redução da jornada de trabalho por até 90 dias. Com a mudança, as empresas poderão estender o período de suspensão ou redução.

O adiamento, porém, dependerá de uma decisão do presidente Jair Bolsonaro. O governo avalia prorrogar o período de suspensão por mais dois meses e o prazo de redução de jornada e salário por mais 30 dias.

TRAMITAÇÃO RÁPIDA

O governo deve sancionar rapidamente o projeto de ampliação do prazo do programa. Uma das preocupações da equipe econômica e de alguns setores é com os acordos de suspensão fechados no início de abril e que venceram no início deste mês. Ou seja, as empresas dependem da prorrogação da MP para continuar com os contratos suspensos por mais um período, a partir do mês de julho.

A medida inicial permitia a redução de jornada em 25%, 50% ou 70%, com um corte proporcional no salário, por até três meses. Também é possível suspender o contrato por até dois meses. O governo estabeleceu uma compensação depositando valores diretamente na conta dos trabalhadores, que podem chegar a 100% do seguro-desemprego - o teto é de R\$1.813,03 - dependendo do nível salarial de cada trabalhador.

A suspensão ou a redução garante ao funcionário um nível de estabilidade no emprego. Por exemplo, se o empregado tiver três meses de salário reduzido, a empresa terá de pagar multas maiores em caso de demissão sem justa causa durante um período de seis meses - o dobro do tempo de duração da redução na jornada. O acordo pode ser fechado coletivamente com os sindicatos ou individualmente com cada funcionário.

O artigo que aumentava a margem de consignado para servidores e aposentados foi re-

tirado do texto da prorrogação da MP. A versão final do texto também excluiu uma mudança que aumentaria a carga horária dos bancários de 30 para 40 horas semanais. A retirada desse trecho foi aprovada por 46 votos favoráveis e 30 contrários.

MUDANÇAS

O relator, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), fez outras duas mudanças de redação do texto vindo da Câmara. Uma foi para garantir acordos coletivos de sindicatos de bancários e outra para dar maior segurança jurídica para a aplicação dos juros em caso de condenação judicial trabalhista.

O texto original determinou que a suspensão de contrato valeria por 60 dias e a redução de salário, por 90.

O relator na Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) foi quem modificou o texto e incluiu a possibilidade, se o governo assim decidir, de prorrogação do prazo de suspensão de contrato até o final do período de calamidade pública, ou seja, até dia 31 de dezembro deste ano.

Também prorrogou por mais um ano as desonerações fiscais em empresas que mais contratam como os setores de construção civil e têxtil, por exemplo. Inicialmente o deputado do PCdoB queria prorrogar por dois anos, mas o acordo com a equipe econômica do governo, que queria conter a perda da arrecadação, baixou para um ano.

A suspensão total de salários e jornadas é válida para empresas com rendimentos de até R\$ 4,8 milhões. Instituições financeiras que lucrarem mais do que isso poderão fazer até 70% de corte.

75

Votos favoráveis à prorrogação da MP 936 foram obtidos no senado

10,6

Milhões de acordos entre as empresas e trabalhadores já fora feitos desde o começo do programa, em abril

1.813

Reais é o valor máximo de complemento pago pelo governo para trabalhadores

Câmara vota sobre as relações trabalhistas

A Câmara concluiu, ontem, a votação da Medida Provisória (MP) 927 sobre as relações de trabalho durante a pandemia da covid-19. A proposta segue agora para a análise do Senado. O texto-base foi aprovado no início da tarde e durante a tarde os deputados votaram os destaques à proposta.

Das 11 sugestões, os parlamentares aprovaram apenas um destaque, que permite a suspensão do cumprimento dos acordos trabalhistas firmados em situação de normalidade sanitária, portanto, antes da pandemia do novo coronavírus.

O texto do governo foi editado no fim de março

deste ano e trata da legislação trabalhista durante o estado de calamidade pública por conta do novo coronavírus, que vai durar até dezembro, como aprovado pelo Congresso. A proposta permite a redução de salários, antecipação de férias e de feriados, além do adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos meses de março, abril e maio para o segundo semestre.

No destaque aprovado, apresentado pelo bloco PP, se enquadram na previsão de suspensão os casos de acordos celebrados na rescisão de contrato de trabalho, como os que estabelecem o pa-

Apesar de já está em vigor desde março, por ser uma MP, a proposta precisa da aprovação do Congresso para se tornar lei em definitivo

gamento parcelado de verbas indenizatórias, e dos acordos firmados em planos de demissão voluntária. OS acordos judiciais de reclamações trabalhistas também se enquadram.

A suspensão é válida quando houver paralisação total ou parcial das atividades da empresa por determinação do Poder Público, como quando da determinação de fechamento do comércio em função de orientações de distanciamento social.

A medida também autoriza que acordos individuais entre patrões e empregados para preservação de contratos de trabalho se sobreponham a acordos coletivos.

ENTENDA AS MUDANÇAS

TRABALHADORES

● **Prazos** Suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias ou redução da jornada e do salário por no máximo 90 dias. Esses prazos podem ser prorrogados pelo Executivo enquanto durar o estado de calamidade;

● **Contrapartida** Governo paga Benefício Especial de Preservação de Emprego e Renda (BEM), calculado com base no seguro-desemprego, cujo piso atual é de R\$ 1.045 e o teto R\$ 1.813,03, para trabalhadores com carteira assinada, inclusive domésticos, contrato de aprendizagem ou de jornada parcial;

● **Quem não recebe** Servidores públicos, detentores de mandato eletivo e quem já recebe seguro-desemprego;

● **Outros benefícios** Benefício emergencial de R\$ 600 por 3 meses aos empregados com contrato de jornada intermitente; aos demitidos sem justa causa durante o estado de calamidade pública que não tenham direito ao seguro-desemprego; e aos que tenham direito à última parcela do seguro-desemprego em março ou abril de 2020;

● **Gestantes** Recebem salário original se o parto ocorrer durante a redução ou suspensão do contrato de trabalho. Não podem ser demitidas na calamidade;

● **Deficientes** Instituições financeiras, se trabalhador pedir, têm de reduzir parcelas de empréstimo, financiamento, leasing e cartão de crédito descontados no contracheque na proporção do corte do salário;

● **Contratos** Somente empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar podem celebrar contrato com o INSS sem licitação. A MP obriga o Ministério da Economia a divulgar semanalmente o número de empregados e empregadores beneficiados, as demissões e contratações.

EMPRESAS

● **Dívidas** Correção de débitos trabalhistas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, mais a correção da poupança. Dispensa do cumprimento em 2020 dos níveis mínimos de produção exigidos para obter benefícios fiscais, desde que atendidas as exigências de nível de emprego

● **Desoneração** Prorrogação de um ano da redução dos impostos sobre folha de pagamento dos setores que mais empregam. Concede incentivos fiscais para que o empregador pessoa física complemente o benefício emergencial (mudança da Câmara)

● **Rescisão** Proibição das empresas cobrarem do poder público os custos das demissões em razão da pandemia

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 17/06/2020	



NOVOS EMPREENDIMENTOS DEVEM GERAR R\$ 1,5 BILHÃO NA BAHIA



[admin](#) 17 Junho, 2020

A atração de novos empreendimentos, até o mês de maio, pode trazer investimentos privados na ordem de R\$ 1,5 bilhão para a Bahia, com estimativa de criar 1,5 mil novos postos de trabalho.

De acordo com o Informe de Desenvolvimento Econômico, divulgado nesta quarta-feira (17), já foram assinados este ano 25 protocolos de intenções com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Apesar da pandemia do novo coronavírus, o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico, diz que o trabalho de atração e acompanhamento dos investimentos no estado continua. “Outro dado importante é que foram investidos R\$ 1,8 bilhão e gerados 113 empregos nos 9 empreendimentos implantados nos últimos cinco meses”, afirma.

A Bahia tem 359 empreendimentos em processo de implantação, com aporte de R\$ 33,5 bilhões e oferta potencial de 47,9 mil postos de trabalho. 60% dos investimentos estão previstos para entrarem em operação até 2022. O segmento de Energias Renováveis vai investir R\$ 14,7 bilhões e gerar 2,9 mil empregos.

O destaque fica por conta da implantação da Equatorial Transmissora 1 SPE, que passa pelos municípios de Rio das Águas e Barreiras e investiu aproximadamente R\$ 590 milhões na construção da linha de transmissão.

Foto: Divulgação/ Equatorial Energia

Veículo: Metro1	Cidade
Data: 17/06/2020	



Cidade

Salvador recebe verba federal de R\$ 74 milhões para enfrentamento a coronavírus

Prefeito ainda divulgou que taxa de ocupação dos leitos de UTI caiu de 84% para 78% na capital baiana



Foto : Max Haack/Secom PMS

Por **Lara Curcino** no dia 17 de Junho de 2020 · 12:27

O prefeito ACM Neto anunciou que foi liberada uma verba federal a Salvador de R\$ 74 milhões para auxiliar no enfrentamento ao coronavírus. De acordo com ele, o acordo para envio dos recursos foi firmado ontem (16), durante reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), no Distrito Federal.

“Ontem fui a Brasília para uma reunião com Alcolumbre e ele me confirmou que iremos receber essa quantia. Essa foi uma das principais pautas do encontro”, disse ele.

Neto também informou que a ocupação dos leitos clínicos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na cidade caiu 6% em dois dias. “Toda a nossa luta tem sido para evitar o colapso. Nós começamos a semana, na segunda, com 84% de ocupação nas UTI’s. Ontem nós fechamos o dia em 78%. Nossa meta é que a taxa se estabilize em 70% ou abaixo disso.”

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/06/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Junho de 2020 - 08:20

Aéreas perdem mais de R\$ 1 bi por dia e são as empresas mais penalizadas pelo coronavírus

por Folhapress

Depois de quase seis meses desde que a crise do novo coronavírus se iniciou na China, fica claro que um dos setores mais impactados pela paralisação das economias para conter a doença é o setor aéreo.

Nesta quarta-feira (17), por exemplo, as companhias aéreas estão entre as que puxaram a derrocada do setor de serviços no Brasil em abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O transporte aéreo teve retração de 73,8% em relação a março.

As companhias perdem, em média, US\$ 230 milhões (R\$ 1,2 bilhão) por dia, segundo dados da Iata (associação internacional das empresas aéreas). A entidade também projeta que o setor deve neste ano o maior prejuízo da história, com uma perda US\$ 84 bilhões (R\$ 442 bilhões). A estimativa é de prejuízo também em 2021, com uma queda de US\$ 16 bilhões (R\$ 84 bilhões).

Para atravessar este período de turbulência, sem que ocorra uma quebradeira geral no setor, governos e empresas negociam pacotes de socorro, alguns com a participação de bancos privados.

Levantamento feito pela reportagem identificou que 13 das 20 maiores companhias aéreas do mundo já conseguiram ou negociam alguma ajuda intermediada pelo Estado.

O principal critério para definir o porte de uma empresa do setor é o RPK (indicador formado a partir da multiplicação do número de passageiros pagantes de um voo pela distância percorrida).

Entre as grandes que já confirmaram negociações fechadas ou em andamento estão American Airlines, Delta, United, Emirates, Southwest, Ryanair, Lufthansa, British Airways, Air France, Cathay Pacific, KLM, Singapore e Aeroflot Russian.

"A perda é muito grande. Sem ajuda dos governos para superar isso, a indústria quebra e a recuperação seria lenta. Seria um desserviço muito grande perdê-las", disse André Castellini, sócio da Bain & Company e especialista em aviação.

"São companhias consideradas estratégicas pelos governos por transportarem pessoas e cargas. O que está ocorrendo agora é uma corrida dos governos, direta ou indireta, para salvar essas empresas", disse Salvatore Milanese, sócio da Pantalica Partners, consultoria em reestruturação.

Entre as ajudas mobilizadas por governos, duas chamam a atenção pelo montante desembolsado e pela contrapartida exigida. A primeira faz parte do Cares, programa criado

pelo governo dos Estados Unidos para atenuar a crise causada pela Covid-19 em diferentes setores.

O pacote de ajuda montado para a aviação americana conta com US\$ 58 bilhões (R\$ 305 bilhões) em doações e empréstimos. Em troca, empresas que recebem esse dinheiro não podem demitir funcionários antes de 30 de setembro. Além disso, quem receber ajuda acima de US\$ 100 milhões (R\$ 526 milhões) terá de dar ao governo um bônus de subscrição (uma espécie de vale que dá direito a ações da empresa) equivalente a 10% do empréstimo, que é subsidiado.

"Com esse bônus, o Estado tem um documento para, lá na frente, receber esse dinheiro de volta. É uma forma de o governo garantir o seu pagamento pelo risco que está assumindo com essas empresas agora", disse Milanese.

A regra que impede a demissão, apesar de ser socialmente justa, é vista como um entrave para ajustes de custos no momento mais agudo da crise, explica Milanese.

"A empresa não vai voltar a ter o fluxo de caixa que tinha antes, mas mantém com o custo fixo alto. No entanto, se liberassem o corte de pessoal, o governo americano teria que arcar com seguro-desemprego", diz ele.

A outra ajuda que ganhou destaque foi a do governo alemão para a Lufthansa. A companhia deve receber EUR 9 bilhões (R\$ 53 bilhões), entre crédito, investimento e subsídio. O acordo ainda não foi chancelado pelos acionistas e há risco de ser rejeitado pelo bilionário alemão Heinz Hermann Thiele, acionista que tem direito a veto e não gosta do desenho do acordo fechado com o governo.

Thiele se opõe principalmente a cláusula que garante 20% da companhia para o governo alemão, o que o transforma em maior acionista. Nessa posição, o Estado teria força para intervir na companhia e até barrar eventuais alianças com investidores estrangeiros.

"Nesse caso, além de querer evitar que a empresa entre em colapso, o governo também quer afastar qualquer possibilidade de a companhia ser adquirida por investidores de outros países", afirma Milanese.

"Se isso acontecer, vamos dar um passo atrás na livre concorrência."

A Ryanair também viu esse risco e questionou os programas de incentivo dados às companhias aéreas na Europa pelos governos, em especial o da Alemanha e o da França.

Semanas após fazer essa reclamação, no entanto, a companhia que tem sua base operacional na Irlanda, reconheceu em seu balanço que levantou cerca de US\$ 718 milhões (R\$ 3,77 bilhões) por meio do programa de crédito facilitado do governo britânico para amenizar a crise da Covid-19.

Dentro do mesmo pacote de ajuda, a British Airways obteve US\$ 359 milhões (R\$ 1,9 bilhão), segundo informações do jornal britânico The Guardian.

O movimento da Ryanair mostra que, conforme o tempo passa, fica evidente que os governos terão que intervir para manter as companhias aéreas em pleno voo. Mesmo aquelas que ainda não anunciaram algum tipo de acordo ou negociação, já receberam sinalizações dos governos que podem ser socorridas.

É o caso, por exemplo, da Turkish Airlines e a Air Canada. No caso da primeira, o líder turco Recep Tayyip Erdogan prometeu em março uma ajuda financeira, Hoje 49,1% dos papéis da

empresas são do governo. Já no caso da empresa canadense, o primeiro-ministro Justin Trudeau afirmou em maio que deverá ajudar o setor de aviação.

A Qatar Airways, que doou 100 mil passagens aéreas para profissionais da saúde em meio à crise, também reconheceu que, se a situação apertar, pode pedir ajuda do governo.

Já no caso do grupo Latam, o braço brasileiro negocia uma ajuda com o BNDES. O programa organizado pelo banco público junto com bancos privados prevê a liberação de R\$ 2,4 bilhões. Esse valor, porém, precisa ser dividido entre todas as empresas que aderirem ao programa.

A Latam pediu recuperação judicial nos Estados Unidos no final de maio. A divisão brasileira não adotou a mesma medida.

Não foi divulgado que empresas chinesas tenham recebido aportes públicos, mas é importante ter em mente que elas já são estatais e o governo, por meio da Administração da Aviação Civil da China, informou, no início de junho, que irá ajudar o setor para que ele supere a crise da Covid-19.

"É uma questão moral que a sociedade tem que responder agora. O contribuinte quer ajudar essas empresas? É importante a sobrevivência delas?", disse Castellini, da Bain.

"O fato é que ninguém quer ver uma grande empresa quebrar, gerar desemprego e disrupção. Mesmo isso sendo injusto com outras companhias."

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 17/06/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 17 de Junho de 2020 - 22:02

Justiça determina que Banco do Brasil devolva R\$ 150 milhões aos cofres baianos

A pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador Manoel Ricardo D'Ávila determinou que o Banco do Brasil devolva ao Tesouro Estadual cerca de R\$ 150 milhões referentes à parcela do mês de maio de um contrato de financiamento do Estado da Bahia com o banco.

A decisão acata, em parte, o pedido da PGE que, diante da repercussão mundial ocorrida por conta da pandemia do Covid-19, situação que ensejou a declaração do estado de calamidade pública, repercutindo fortemente no quadro econômico do estado da Bahia, solicitou a suspensão e prorrogação do vencimento das parcelas de maio e novembro de 2020 do financiamento, para serem relocadas para o final do contrato, sem imposição de multa e qualquer restrição cadastral ou qualquer forma de bloqueio.

Responsável pela demanda, o procurador do Estado Jamil Cabus apontou como causa do pedido a situação superveniente e imprevisível causada pela pandemia do Covid-19, o déficit na arrecadação de tributos e também o aumento extraordinário de despesas com a área de saúde para combate a disseminação do coronavírus e tratamento dos pacientes acometidos pela doença, que não estavam previstas no orçamento.

O Estado celebrou o contrato de financiamento com o Banco do Brasil em novembro de 2013, para custear investimentos nas áreas de segurança pública prisional, ciência, tecnologia e inovação, saúde, mobilidade urbana e infraestrutura. O contrato vem sendo cumprido regularmente com pagamento das parcelas já vencidas.

Na decisão, o juiz Manoel Ricardo D'Ávila justificou que o contrato de financiamento objeto do pedido é um contrato privado da Administração Pública regulado pelo Direito Civil e, por este motivo, aplicou o art. 393 do Código Civil, segundo o qual, "o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado".

O magistrado deferiu a liminar em favor do Estado determinando a suspensão do pagamento da parcela de R\$ 149.746.000,00, relativa ao mês de maio de 2020. Em virtude de já ter ocorrido o débito do valor no dia 27/05/2020, o juiz ordenou que o Banco do Brasil promovesse o estorno do respectivo valor e o creditasse na conta do Tesouro Estadual, no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária equivalente a 1% (um por cento) do valor a ser creditado.

Sobre a parcela de novembro, o juiz entendeu que, por ora, não foram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do pedido e que o mesmo será analisado posteriormente, de acordo com a conjuntura econômica do Estado nesta futura data.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, 5.º andar, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

A Covid-19 e as cidades inteligentes

Será preciso apostar em intervenções rápidas em escalas territoriais menores

Clovis Ultramari, Paulo Saldiva e Wilson Levy

Professor da PUC-PR e coordenador da área de Planejamento Urbano/Regional e Demografia da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

Professor da Faculdade de Medicina da USP

Professor e diretor do mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Uninove

A pandemia do novo coronavírus trouxe enorme impacto a todas as dimensões da vida urbana e reposicionou, com destaque, o planejamento e a gestão das cidades. O lar das pandemias é o ambiente urbano, onde se promove a proximidade entre pessoas. No século 20, houve duas: a gripe espanhola e a gripe asiática. Neste século 21, o mundo já experimentou quatro: Sars (2002), H1N1 (2009), Mers (2012) e Sars Cov 2, epizootias que tiveram como cenário a organização e funcionalidade das cidades modernas.

Enfrentá-las requer o suporte da ciência. Por isso, ganha força a ideia que políticas públicas para cidades inteligentes e resilientes devem ser baseadas em evidências.

Primeiro, é preciso ter clareza do que é uma cidade inteligente. Este é um conceito mais amplo do que o que supomos, porque não tem a ver só com tecnologia aplicada ao território, mas a maneira como a vida urbana pode favorecer a produção do conhecimento e seu aproveitamento tanto na discussão de modelos de política pública quanto na própria gestão urbana.

A própria ideia de cidade, nesse sentido, traz pistas sobre o tema. Para Max Weber, grandes revoluções tiveram uma relação direta com a urbanização do mundo. Sua hipótese, acertada, é que isso ocorreu porque a cidade induz a um aumento na interação entre as pessoas, que passavam a se comunicar e a produzir conhecimento numa intensidade maior.

Cidades inteligentes, então, são cidades generosas com a inovação e a criação de novas ideias. E se elas aproximam pessoas com habilidades e competências distintas, é hora de superar os limites disciplinares dos saberes e colocá-los para estudar os problemas urbanos, segundo os critérios da ciência, criando soluções

que tornem a vida urbana melhor.

Enquanto o mundo se volta para o desenvolvimento de fármacos e de uma vacina, as dinâmicas econômicas, as formas de uso e ocupação do solo urbano e o problema da desigualdade social nas cidades necessitarão do suporte de novas ideias. Será preciso apostar em políticas setoriais e intervenções rápidas em escalas territoriais menores. Questões de saúde impactarão deslocamentos e frequência nas escolas. O zoneamento deverá prever o uso de residências para teletrabalho. Não haverá espaço para experimentalismo. Toda teoria deverá passar pelo crivo das evidências práticas.

A transformação será profunda. Envolverá a pesquisa em planejamento urbano no Brasil, que se ressentiu de maior apropriação de indicadores para, por exemplo, avaliar o êxito, ou não, dos objetivos e diretrizes contidos num Plano Diretor ou num Plano Municipal de Habitação. O reflexo disso é sentido na qualidade

das políticas públicas. O apego conceitual sem bases mensuráveis pode se traduzir em ações estatísticas fundamentadas em intuições, produzindo ações desconectadas de problemas reais e incapazes de entregar o que prometem.

Levantamento em indexadores científicos, por exemplo, sugere que estudos de saúde com base territorial têm maior presença em revistas de alto impacto na ciência do que as pesquisas em planejamento urbano, pois trazem abordagens baseadas em evidências. Produz-se, portanto, mais conhecimento de impacto sobre cidades na saúde do que em planejamento urbano!

Eventos como prematuridade, suicídios, infartos, incidência de cânceres e fraturas têm relação intrínseca com dados demográficos, poluição, arborização urbana, qualidade das calçadas, oferta e distribuição de equipamentos públicos e acesso a saneamento básico — e interessariam mais aos estudos sobre as cidades do que as velhas fórmulas produzidas para explicá-las.

Ao se abraçar essa nova perspectiva, não se está fazendo concessões a uma tecnocracia que teria dominado o pensamento urbanístico do século 20. Tampouco se está neutralizando disputas e tensões típicas da política. Decisões sobre o território sempre são decisões políticas. A elas, contudo, não é assegurado o direito de ocorrer fora da racionalidade. O mesmo ocorre com a participação social. Ao entender a dinâmica racional que deve permear as decisões, os cidadãos compreenderão sua complexidade e limites e estarão menos inclinados a apoiar decisõesismos.

A maior lição da pandemia é a certeza que se uma decisão política ocorrer à margem da razão, ela não será uma boa decisão. Que saibamos aproveitá-la também para as nossas cidades.

[...]

Questões de saúde impactarão deslocamentos e frequência nas escolas. O zoneamento deverá prever o uso de residências para teletrabalho. Não haverá espaço para experimentalismo. Toda teoria deverá passar pelo crivo das evidências práticas. A transformação será profunda

É preciso confiar nas pessoas

A hora é de avançar com a economia, seguir em frente, com fé em Deus

Eduardo Tuma

Vereador pelo PSDB e presidente da Câmara Municipal de São Paulo

Estamos num momento crucial do enfrentamento da pandemia de Covid-19, começando o relaxamento da quarentena. Durante quase três meses, segundo o sistema de monitoramento do governo do Estado, com base na movimentação dos aparelhos de celular, a maior parte da população da cidade de São Paulo ficou em casa. Os índices giraram em torno dos 50% de adesão, chegando muitas vezes a 60%.

Considerando que se monitoram os celulares, não as pessoas, pode-se dizer que a maioria ficou em casa. Pode parecer pouco, mas não é. Estamos falando de uma metrópole de 12 milhões de habitantes, muitos dos quais perderam a renda, tudo isso num ambiente político absorvido por uma polêmica desnecessária, alimentada pela falsa dicotomia entre saúde e economia — ora, uma não existe sem a outra.

O fato é que se cumpriu uma quarentena de quase 90 dias. O debate sobre se está ou não na hora de abrir está superado. Pessoas precisam trabalhar, empresas precisam funcionar. São quase três meses de atividade interrompida. Muita gente está no limite de suas forças para suportar a paralisação.

Cabe agora confiar na responsabilidade e na capacidade de pessoas e empresas. Tenho participado diariamente de reuniões entre diversos segmentos para debater a reabertura: construção civil, imobiliárias,

shopping centers, restaurantes, organizadores de eventos, comércio de rua, varejistas, escritórios de advocacia, clubes sociais.

Nessas articulações, o que mais constato é um enorme senso de compromisso e responsabilidade por parte dos envolvidos. Existe, claro, um sentimento de urgência, afinal, para muitos empreendedores a paralisação das atividades os colocou à beira de um colapso. Mas todos têm a consciência clara do desafio que precisam

enfrentar para garantir a segurança de seus colaboradores e de suas famílias — no fim das contas, de toda a sociedade. Ninguém ignora os riscos, todos se comprometem em reduzi-los para proteger também o emprego e a renda dos paulistanos.

Sim, há medo e dúvidas. Vai funcionar? Haverá uma segunda onda? Quando as escolas voltam? Como garantir a retomada sem creches e escolas públicas? Ninguém tem respostas definitivas. Tudo é novo, e a realidade de cada cidade é única. Aos poucos estamos construindo uma saída para São Paulo, com planejamento, cautela e atenção.

A quarentena nos deu condições de iniciar essa retomada. Se, infelizmente, o nível de isolamento não foi suficiente para impedir a morte de mais de cinco mil pessoas na capital, deu tempo para que o sistema de saúde fosse reforçado. Em menos de três meses, a prefeitura ampliou os leitos de UTI em mais de 130%, passando de 507 para 1.183. A Câmara Municipal também fez sua parte. Aprovamos a liberação de recursos, transferimos dinheiro do Legislativo para a saúde, cortamos em 30% os salários e as verbas de gabinete dos vereadores. Hoje, a cidade está mais bem preparada.

Não podemos nos descuidar do monitoramento, e o cuidado com a saúde é obrigatório. Mas a hora é de avançar com a economia, seguir em frente, com fé em Deus e confiança nas pessoas.

Devido lugar

Democracia e liberdade têm outros significados, e não esse que Bolsonaro posta em suas redes sociais. Governar é, antes de tudo, respeitar as competências de cada Poder. Nem o pior presidente da nossa história está acima da lei e da Constituição ("Está chegando a hora de tudo ser colocado no devido lugar", diz Bolsonaro após decisões do Supremo", Poder, 17/6).

Heloísa Helena Cidrin Gama Alves (São Paulo, SP)

*

Pela primeira vez concordo com Bolsonaro. Está chegando a hora de ele voltar para a Barra da Tijuca e nos poupar de mais vergonhas. Que lástima este governo!

Vanessa da Silva Rondon (Rio de Janeiro, RJ)

*

Gostaria de dizer ao senhor presidente que há três Poderes. Ele co-meçou o mandato achando que só existia o Executivo, mas agora está aprendendo o que é democracia. E os brasileiros não abrimos mão da democracia.

Marcos Teixeira de Souza (Barra Bonita, SP)

Comunista

Ruy Castro, sempre genial, descreve os monstros que nos rodeiam e, infelizmente, agora nos comandam. ("Comunista na Austrália", Opinião, 17/6.)

Luiz Antonio Pereira de Souza (São Paulo, SP)

Paiakan



Bruno Santos, Folhapress

"Morre liderança caiapó Paulinho Paiakan, vítima da Covid-19" (Cotidiano, 17/6). Triste a morte de Paulinho Paiakan. Sem ele, ficamos sem parte importante da sabedoria e da luta pelos direitos dos povos originários, no momento em que vemos o descaso do governo federal com a saúde indígena em meio a pandemia

Renata A. Melki de Souza (São Paulo, SP)

Covid-19

"Corticóide dexametasona reduz mortalidade em pacientes graves com Covid-19, diz estudo" (Saúde, 16/6). Ótima notícia! Espero que o ministério militar da Saúde elabore um protocolo de uso desse medicamento o mais rápido possível.

Matheus Felipe da Silva (Londrina, PR)

*

A dexametasona, em casos graves de Covid-19, é altamente promissora, conforme mostrou o estudo Recovery. Entretanto, como vivemos num país em que há excesso de automedicação (endossada por farmácias que vendem livremente medicamentos tarja vermelha) e tivemos recentemente a experiência desastrosa com a cloroquina, propaganda de forma irresponsável pelas redes sociais e pelo próprio presidente, é preciso muito cuidado com essa notícia. A dexametasona, se mal utilizada, pode provocar efeitos colaterais até piores que a cloroquina.

Luciano Harary, médico (São Paulo, SP)

*

No mesmo dia em que foi divulgada a tendência de estabilidade de vítimas da Covid-19 em São Paulo, o número de óbitos e de infectados voltou a subir e bateu recorde. Não é uma gripezinha e não está passando. Não dá para passar em shopping e fazer caminhada na praia. É preciso que todos sigamos as orientações médicas para podermos iniciar com segurança uma retomada gradual e segura.

Wagner Fernandes Guardia (São Vicente, SP)

Atos antidemocráticos

É preciso ser firme com essa turma. Passou da hora de dar um basta nesse gabinete do ódio ("PF faz busca e apreensão contra aliados de Bolsonaro em inquérito sobre atos antidemocráticos", Poder, 16/6).

Rosa Alvares de Oliveira (Belo Horizonte, MG)

*

No regime democrático, comportamentos como o desse grupo fascista devem ser combatidos e eliminados dentro da lei. O objetivo de um governo comandado por grupos de ódio como esse é instalar uma ditadura e eliminar aqueles que julga inimigos. Já vivenciamos tal ambiente mais de uma vez.

Mauro Tadeu Almeida Moraes (São Paulo, SP)

Racismo

"Idosa é condenada por chamar menino de 'negrinho', macaco e 'orelhado' em SP" (Cotidiano, 16/6). Senhora de 70 anos? Não aprendeu nada nesse tempo todo nem aprenderá agora com essa "condenação" ridícula e que se arrasta desde 2017. Mas as crianças agora sabem o que é o racismo, o preconceito e a injustiça.

Carmen Ligia Penna (Araçatuba, SP)

*

Os racistas também envelhecem. E o valor da indenização é outra injúria contra a criança.

José Campos (São Paulo, SP)

*

Em resposta à reportagem "Cientistas negros cobram ações contra racismo e divergem sobre protestos" (Ciência, 14/6), a diretoria da Sociedade Brasileira de Física reitera seu firme compromisso contra o racismo. Não houve solicitação externa para nos posicionarmos, mas pedimos ao Grupo de Trabalho de Minorias da SBF uma manifestação. Lamentamos que tal pedido tenha sido mal interpretado e ressaltamos que emitimos nota de repúdio ao racismo em 12/6.

Rogério Rosenfeld, presidente da SBF (São Paulo, SP)

Liberdade de expressão

Discordo totalmente de Hélio Schwartsman quando diz que só se passa dos limites quando se comete certos ilícitos ("Liberdade de expressão tem limite?", Opinião, 17/6). Por seu raciocínio, gritar não só "viva a ditadura", mas também "viva o estupro" e "viva a pedofilia" não seria proibido.

Carlos Brisola Marcondes (Florianópolis, SC)

Economia

Guedes fala grosso, com o dedo em riste, para agredir servidores públicos. Quer nos assemelhar a ele: incompetente, amoral e oportunista. É que Narciso acha feio o que não é espelho ("Avanço da pandemia expõe falta de planos e previsões falhas da equipe de Guedes", Mercado, 16/6).

Lucia Moraes (Maceió, AL)

*

O que a Folha chama de otimismo é, na verdade, a incapacidade de Guedes e de sua equipe de enxergarem o Brasil real, que não tem ações em Bolsa nem aplica em seus fundos miliardários.

Anazilda de Barros Stauffer (Rio de Janeiro, RJ)

Educação

"Escolas particulares querem volta às aulas antes das públicas", (Educação, 16/6). Tenho dois filhos deficientes físicos. Se as aulas retornarem durante o período crítico, não os levarei ao colégio. Prefiro que venham a perder o ano com saúde a irem à escola e ficar doente. O Estado prioriza picaretagens políticas em vez de trabalhar para melhorar as condições de sua população.

José Esmeraldo Alves da Cunha (São Paulo, SP)

*

Se as escolas particulares estão tão preocupadas com o ensino, por que não fazem um mutirão para ajudar as públicas? A iniciativa privada deve se mexer, pois do digníssimo ministro da Educação nada virá.

Paula Móz (São Paulo, SP)

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Primeira viagem

Antes de anunciarem o acordo de compartilhamento de voos, conhecido como codeshare, na terça-feira (16), a Azul e a Latam foram ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para comunicar a intenção, mas ouviram do órgão que não havia problema concorrencial nessa prática. A avaliação na autarquia é que as companhias tiveram o cuidado de escolher apenas rotas não sobrepostas para fazer o acordo, excluindo os trechos em que já atuavam concorrendo.

PASSAGEM No mercado, estudiosos do setor receberam a notícia do codeshare com mau pressentimento, porque trouxe a lembrança do compartilhamento de voo feito entre Varig e TAM em 2003, movimento que precedeu o fim de uma companhia no Brasil.

HISTÓRIA No ano seguinte, Varig e TAM cobravam a mesma tarifa em vários trechos e chegaram a propor a criação de uma gestora dos voos compartilhados, ideia que não foi adiante, e a secretaria de acompanhamento econômico recomendou ao Cade a suspensão do codeshare das aéreas por causar danos ao consumidor.

RINGUE O codeshare de Azul e Latam também inspira analogia com o boxe, segundo quem acompanha o setor. A impressão é que, enquanto a Latam pede recuperação nos EUA e fecha operações na Argentina, ela abraça o oponente Azul em um gesto defensivo que faz lembrar o clinch, quando o boxeador interrompe os golpes e ganha fôlego.

BIS Mais um recado de um órgão do governo avisando seus funcionários para que tomem cuidado ao fazer comentários discordantes em redes sociais circulou nesta semana entre servidores de Brasília, que estão incomodados com a frequência desse tipo de alerta.

DEOLHO "Fique atento! Condutas impróprias são passíveis de apuração disciplinar", afirma o cartaz de uma campanha interna da CGU (Controladoria-Geral da União). Com o título "redes sociais", o órgão diz em tom didático e com ilustrações: "Não é legal nem ético fazer postagens inapropriadas nas redes que atinjam a credibilidade do órgão".

LUPA Procurada pela coluna, a CGU diz que o cartaz é parte de um programa de capacitação e que não há registro de relatos de servidores que tenham se sentido ameaçados.

TELA No mês passado, servidores do Ministério da Economia foram orientados a se comportar nas redes sociais por um recado enviado pela comissão de ética da pasta. Segundo o ministério, a publicação foi pedida da Presidência.

com Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência maio*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.045, 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de maio foi adiado para 20 nov para empresas; para pessoas físicas, venceu em 13.jun

EBULIÇÃO A fiscalização do uso de máscaras em São Paulo virou uma batata quente entre governo e prefeituras. Apesar de João Doria ter anunciado que o equipamento de proteção pessoal seria obrigatório na pandemia, até hoje nenhuma multa foi aplicada, ao menos na capital paulista.

CARTEIRA O decreto do estado publicado em 4 de maio afirma que a fiscalização é responsabilidade das administrações municipais. Diz também que as penalidades para pessoas físicas ou jurídicas podem variar entre advertência, multa de R\$ 276,10 a R\$ 276.100,00 ou interdição de estabelecimentos comerciais.

RESPIRAÇÃO Procurada pela coluna, no entanto, a Prefeitura de São Paulo afirma que "o objetivo não é multar, mas, sim, orientar para o uso de máscara com o objetivo de reduzir o risco de transmissão do coronavírus". Em nota, diz também que ainda falta finalizar a regulamentação do decreto para que ela possa aplicar as multas.

BARREIRA Já o governo Doria afirma, em nota, que a população aderiu ao uso da máscara como forma de proteção contra a doença e reitera que a responsabilidade de fiscalizar é dos municípios.

BRASA O Burger King afirma que mais de 238 mil pessoas fizeram de 3 a 11 dias de quarentena desde que a rede inaugurou uma campanha para incentivar os consumidores a ficarem em casa. A ação, que oferece lanches, sorvetes e batatas como recompensa a quem permanece em isolamento, distribuiu 209 mil prêmios, segundo a empresa.

EM CASA A campanha começou no dia 4 de junho e usa o recurso de geolocalização dos serviços de entrega no aplicativo do Burger King para monitorar os consumidores.

CADEIRAS Solange Ribeiro, diretora-presidente adjunta da Neoenergia, e Tania Consentino, presidente da Microsoft Brasil, entraram no conselho de administração do Cebds (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deducir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	142,80
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica foi adiado para 6.nov. A guia de pagamento das parcelas inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

INSS reduz fila de espera de pedidos de benefícios e quer ampliar força-tarefa

Servidores aposentados e reservistas deverão atuar no órgão até o fim de 2021; estoque de solicitações cai de 1,4 milhão para 1 milhão

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) quer ampliar a força-tarefa criada para zelar a fila de pedidos de aposentadorias e benefícios como BPC (assistência a idosos e deficientes carentes) e auxílio-doença.

Servidores aposentados e militares reservistas deverão atuar no órgão até o fim de 2021, quando o INSS espera atender as outras filas.

Há um estoque de pedidos de manutenção de benefícios (como atualização de dados), cumprimento de decisões judiciais (30% das aposentadorias rurais e do BPC são conquistados na Justiça), revisão de valores recebidos, recurso de pedidos negados e um acúmulo de 2,5 milhões com suspeita de irregularidade a serem investigados.

Os militares vão atuar no atendimento à população nas agências do INSS, quando voltarem a funcionar normalmente, e na agência virtual, ajudando, por exemplo, no repagendamento de serviços.

Além disso, eles deverão auxiliar no atendimento de manutenção de benefício, quando, por exemplo, houve mudança de endereço, análise de procurações judiciais e solucionar problemas quando o benefício é suspenso se o aposentado não comprovar estar vivo.

O presidente do INSS, Leonardo Rolim, disse à Folha que militares reservistas podem exercer essa função para que servidores do órgão sejam deslocados às análises restritas à carreira, como cumprimento de ordens judiciais e pedidos de revisão de benefício.

Desde 2018, por causa do aumento de requerimentos, o INSS começou a atrasar a avaliação de pedidos de aposentadorias e demais benefícios.

A fila, que se forma após mais de 45 dias sem resposta, chegou a mais de 1,4 milhão de requerimentos no início de 2020.

Por isso, o governo lançou uma estratégia para atender essa população, contando com o reforço de servidores aposentados, inclusive da própria carreira do INSS, e militares reservistas. Esses inativos ganharão um bônus enquanto atuarem na força-tarefa.

Dados mais recentes do governo mostram que ainda resta 1 milhão de processos nessa fila, porém cerca de 80% desse estoque não depende mais do órgão, e sim do envio de documentação adicional, por exemplo, de quem quer se aposentar.

A previsão de Rolim é que esse volume seja zerado antes do fim de outubro, ou seja, mantendo o prognóstico do início do ano, quando a ideia da força-tarefa foi apresentada.

Segundo ele, a pandemia do novo coronavírus até acelerou as análises dos pedidos de benefícios. "Foi até mais rápido, porque estamos com mais gente", disse, lembrando que servidores que trabalham em agências do INSS puderam ser deslocados para essa função.

De novembro do ano passado a maio de 2020, o INSS recebeu 4,3 milhões desses requerimentos e respondeu a 5,2 milhões, reduzindo o tempo de espera.

A fila, contudo, continua acima de 1 milhão de pedidos de aposentadoria e benefícios principalmente por falta de documentação, o que impede a conclusão das análises.

O órgão ampliou a lista de documentos que podem ser enviados pelo aplicativo e meios digitais, além de disponibilizar um serviço de ajuda a quem tem dificuldade com o instrumento.

GOVERNO ADIA PARA NOVEMBRO CONTRIBUIÇÕES DE JUNHO A PREVIDÊNCIA

Depois de adiar o recolhimento das contribuições previdenciárias dos meses de abril e maio, o governo formaliza o prorrogação dos vencimentos de junho. A portaria foi publicada pelo Ministério da Economia no Diário Oficial da União e integra o conjunto de medidas do governo no enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia. A publicação prorroga o recolhimento do INSS feito por empresas e por empregadores domésticos. As parcelas com vencimento em junho deverão ser pagas em novembro

Após a estratégia de zerar as filas de espera no INSS, Rolim pretende dar início a uma fase de modernização do órgão, principalmente reforçando a aprovação automática de benefícios.

Para isso, o sistema da Previdência Social precisa ser aprimorado. A ideia é que, quando o trabalhador completar os requisitos para se aposentar, poderá preencher os dados eletronicamente, e, após a conferência das informações pelo sistema, a autorização seja dada automaticamente —sem depender da análise manual de um funcionário.

Isso, no futuro, também deverá valer para pedidos do BPC, que dependem de cruzamento de dados do Cadastro Único dos programas sociais do governo.

Ainda não há prazo previsto para essa fase de ampliação da concessão automática de benefícios.

Câmara aprova medida que permite antecipar férias individuais e adiar depósitos do FGTS

Danielle Brant e Isabella Macedo

BRASÍLIA A Câmara aprovou nesta quarta (17) a medida provisória que flexibiliza regras trabalhistas e permite antecipar férias individuais e adiar depósitos no FGTS durante o estado de calamidade da pandemia do coronavírus.

O texto-base foi aprovado por 332 a 132. Agora, a MP vai ao Senado. O texto perde validade em 4 de agosto.

Durante o estado de calamidade, empresa e funcionário poderão firmar acordo individual escrito para garantir a permanência do vínculo empregatício. O pacto terá preponderância sobre leis e negociações coletivas no período.

A MP autoriza as empresas a trocar o regime de trabalho de presencial pelo de teletrabalho, independentemente da existência de acordo individual ou coletivo. O empregador também poderá antecipar férias individuais, conceder férias coletivas e antecipar feriados.

Se quiser antecipar férias, a empresa terá de notificar o empregado com no menos 48 horas de antecedência. O mesmo procedimento deve ser adotado se desejar dar férias coletivas ou antecipar feriados.

Os depósitos desses valores poderão ser parcelados sem correção monetária, multa e encargos. O pagamento dessas parcelas deverá ser feito em até seis meses a partir de julho deste ano. A contribuição deverá ser recolhida até o dia 7 de cada mês.

As empresas, entretanto, ficam obrigadas a declarar o reconhecimento desse valor diferido até este sábado (20). Se isso não ocorrer, as empresas serão consideradas em atraso, com a obrigação de pagar

CAIXA COMEÇA A PAGAR 3ª PARCELA DE AUXÍLIO EMERGENCIAL

A Caixa, responsável pelo pagamento do auxílio emergencial, iniciou nesta quarta (17) o repasse da terceira parcela do benefício. Nessa etapa, mais de 13,5 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família receberam os recursos. Segundo o Ministério da Cidadania, o calendário de pagamento da terceira parcela a quem não está no Bolsa Família ainda será divulgado. Esse grupo inclui informais, desempregados e MEIs

os valores devidos acrescidos de multa e encargos.

O texto também muda regras de banco de horas. A empresa poderá constituir regime especial de compensação de jornada, para que as horas extras sejam compensadas em até 18 meses contados a partir da data de encerramento do estado de calamidade pública, e a prorrogação da jornada será de até duas horas. Isso poderá ocorrer inclusive aos finais de semana.

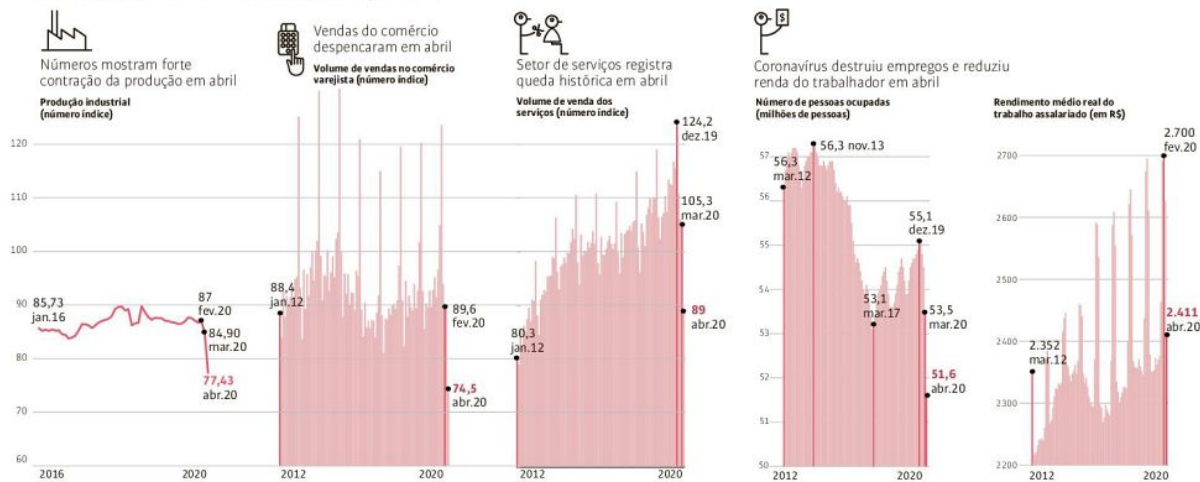
O relator incluiu uma regra para os bancos de horas de empresas que desempenham atividades essenciais. Para elas, será possível criar um regime especial para compensação de jornada, independentemente da interrupção das atividades.

A MP prevê a antecipação do 13º salário de beneficiários do INSS. A primeira parcela foi paga com o benefício de abril, e a segunda, com o de maio.

A medida também suspende exigências de segurança e saúde do trabalho. Durante o estado de calamidade, fica suspensa a obrigatoriedade de realização de exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, com exceção dos demissionais.

mercado coronavírus

Dados sugerem que economia atingiu fundo do poço de abril



Números preliminares de maio e junho mostram ligeira recuperação



Revisão das projeções de crescimento da economia brasileira desde fevereiro



Economia sinaliza leve recuperação em maio após tombo recorde

Indicadores melhoram com flexibilização do distanciamento social depois de serviços, indústria e varejo desabarem em abril

Eduardo Cucolo e Diego Garcia

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO O volume de serviços teve recorde no mês de abril, marcando um mês em que todos os indicadores de atividade econômica registraram o pior desempenho de suas séries históricas.

Abril foi o primeiro mês completo sob medidas de distanciamento social para conter o novo coronavírus.

Nesta quarta (17), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou que o setor de serviços tom-

bou 11,7% na comparação com o mês anterior. A queda foi mais expressiva na prestação de serviços a famílias, que corresponde a 24% do PIB (Produto Interno Bruto). Nesse recorte estão os ramos de alojamentos e alimentação, que chega a 64,4% de retração.

Antes da pesquisa de serviços, o IBGE já havia mostrado os efeitos do distanciamento social na indústria e no comércio (veja quadro).

Esse desempenho se refletiu no mercado de trabalho e contribuiu para que um recorde de 4,9 milhões de postos de emprego fossem perdidos no

trimestre encerrado em abril. Mas, apesar disso, indicadores antecedentes de maio, sintetizados em um índice criado pelo Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da FGV), mostram ligeira recuperação no quinto mês do ano, quando se iniciou a flexibilização das medidas de isolamento em algumas regiões do país.

De acordo com o economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa, a maioria dos dados até o momento sugere uma queda do PIB de 8,7% no segundo trimestre, abaixo dos 10,6% projetados há cerca de três semanas, em relação ao trimestre

anterior. O banco ainda projeta retração de 4,5% para o ano. Ele afirma que parte da recuperação que se esperava somente a partir de julho já está sendo vista neste momento. "A gente está vendo sinais melhores para a atividade econômica, tanto em maio como em junho. Isso também gera um carregamento estatístico positivo para o terceiro trimestre."

O economista diz que havia dúvidas sobre a hipótese de que a flexibilização do isolamento se traduziria imediatamente em uma melhora na atividade e que isso vem se confirmando. Afirma, no en-

tanto, que o maior risco ainda é uma nova onda de contaminação que reverta esse processo de reabertura.

Paulo Picchetti, pesquisador responsável pelo indicador do Ibre, afirma que, apesar de os indicadores antecedentes mostrarem recuperação, isso se dá sobre uma base muito baixa de comparação e com riscos associados à propagação do vírus.

"As variáveis de sondagem e expectativas e também o comportamento do Ibovespa, tudo isso está tendo uma influência de curto prazo em razão da expectativa da rea-

bertura aqui e no restante do mundo", afirma.

O quadro de abril chegou a ser classificado como fundo do poço, e alguns economistas afirmaram que o país está em depressão.

"Isso é sem precedentes na história do Brasil. Nem em 2008 ou 2014, nem nas crises da década de 1970 ou 1980 tivemos nada similar em termos de redução do nível de atividade econômica. Só temos parâmetros equivalentes na depressão da década de 1930", apontou Luiz Carlos Prado, professor do instituto de economia da UFRJ.

saúde coronavírus

Em meio à abertura, 6 estados têm mais 80% das UTIs cheias

Entre abril e junho, ocupação de leitos para Covid-19 cresceu em 22 estados

SALVADOR, RIBEIRÃO PRETO E BELO HORIZONTE Em meio a cenário de abertura gradual do comércio, shoppings e retomada até de torneios de futebol, seis estados brasileiros têm ocupação superior a 80% dos leitos de terapia intensiva para pacientes com Covid-19.

Os dados, levantados pela Folha nos governos estaduais, revelam agravamento de cenário nos últimos dois meses. Das 27 unidades da federação, 5 tiveram redução percentual da ocupação dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para Covid-19 entre 17 de abril e 15 de junho.

A evolução também reflete uma diminuição das diferenças nos cenários dos estados. Atualmente, com exceção de Mato Grosso do Sul, todas as unidades da federação têm mais de 50% ocupação dos leitos para pacientes graves. Em abril, eram nove estados.

Nesta segunda (15) Acre, Rondônia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte enfrentavam cenário crítico, com mais de 80% dos leitos de UTI ocupados. Já estados como a Bahia, Mato Grosso e Sergipe aparecem em rota de crescimento na ocupação dos leitos, com possibilidade de colapso nas próximas semanas.

Estados que já atingiram o colapso do sistema de saúde como Amazonas, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro começam a ter arrefecimento da pressão sobre os hospitais destinados a Covid-19.

O Acre está em pior situação: 90% dos 48 leitos de UTI para pacientes com Covid-19 estão ocupados e há apenas um leito disponível na capital. Na sequência, Pernambuco, Rondônia, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Ceará têm ocupações acima de 80%.

Um dos primeiros estados a reabrir parques e templos religiosos, Mato Grosso registrou um avanço significativo da ocupação de leitos. Na semana passada, o índice de ocupação era de 47%, número que saltou para 76% nesta segunda-feira. Ao todo, o estado possui 233 leitos para pacientes com Covid-19.

Diante da escalada dos casos, o governador Mauro Mendes (DEM) se reuniu com prefeitos para definir ações para conter o avanço do novo coronavírus. Em Curitiba, foi adotado toque de recolher noturno.

A Bahia, que postergou o colapso de uma abertura de leitos em hospitais de campanha, o número de leitos ocupados chegou a 74% nesta segunda. Na capital, esta percentual já chega a 84%. A prefeitura ampliou medidas restritivas um trecho de quatro quilômetros da orla fechado após ter aglomerações.

No interior, houve uma escalada de casos em Feira de

Santana, segunda maior cidade do estado com 600 mil habitantes, após a prefeitura flexibilizar as regras de isolamento e permitir a abertura até de um grande camelódromo. Nesta segunda, cerca de 80% das UTIs da cidade estavam ocupadas.

Sergipe segue a mesma tendência: a taxa de ocupação de UTIs públicas passou de 59% para 76% em uma semana. A rede privada colapsou: havia 83 pacientes para 72 leitos destinados ao tratamento da Covid-19. Como medida de contingenciamento, os pacientes foram colocados em leitos não reservados para a doença.

O quadro se agrava também em Minas Gerais, que ultrapassou a marca de 500 mortes nesta terça. A taxa de ocupação de UTIs da rede pública, tanto para Covid-19 como para outras doenças, é de 72%. "Não é mais um número tão confortável", afirmou o governador Romeu Zema (Novo).

Com 23.683 novos casos e 310 mortes, o Distrito Federal também segue tendência de alta na ocupação dos leitos semanas após medidas de reabertura. Apesar de ter quadruplicado o número de leitos destinados a Covid-19 nos últimos dois meses, a ocupação é de 66%. Na semana passada, este percentual era de 54%.

São Paulo segue em cenário de estabilidade, com taxa de ocupação de leitos de UTI de 70% no estado e em 77% na Grande São Paulo. O estado registrou pela primeira vez uma diminuição no número de novas mortes na semana.

Estados como Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Amazonas começam a ter menor pressão no sistema de saúde. Um dos primeiros a ter colapso na ocupação de leitos, o Ceará tinha nesta segunda-feira 80% dos leitos públicos de UTI com pacientes.

Na avaliação do governo do estado, o pico da pressão sobre o sistema de saúde foi em maio. Neste período, o HGF (Hospital Geral de Fortaleza), maior hospital de alta complexidade do estado, chegou a internar cerca de 30 pacientes por dia com a Covid-19.

Salas de recuperação e pós-cirúrgicas tiveram que ser transformadas em leitos para pacientes graves. Sem a possibilidade de visitas, o hospital contatou diariamente as famílias de até 380 pacientes internados com Covid-19.

"A pandemia expôs a fragilidade do nosso sistema de saúde pública. Ficou clara a necessidade de uma comunicação mais efetiva com as famílias de uma maior empatia do corpo clínico", afirma o diretor do HGF, Daniel de Holanda Araújo.

O hospital, que chegou a ter 80% dos pacientes internados com a Covid-19, baixou esse patamar para 50%. Nesta segunda-feira, o HGF tinha 31 pacientes com a doença, sendo 63 em UTI. "O cenário é melhor, mas não dá para baixar a guarda, principalmente neste momento de reabertura", diz Araújo.

Pernambuco vive um cenário semelhante. Nesta segunda, o estado registrou a menor taxa de ocupação de vagas de UTI desde o dia 10 de abril. De um total de 721 leitos da rede estadual, 87% estavam ocupados.

O pico da doença em Pernambuco, segundo as autoridades sanitárias, ocorreu na primeira quinzena de maio. A fila de espera por vaga de UTI, que chegou a ter 256 pacientes, a fila foi zerada no fim da primeira semana de junho.

Os números, contudo, mostram avanço da doença no interior. Por isso, algumas cidades ficaram de fora da reabertura anunciada pelo governo do estado. "Tivemos um aumento de demanda por leitos de UTI no agreste e zona da mata", explicou o governador Paulo Câmara (PSB).

No Amazonas, a queda no número de internados levou a Prefeitura de Manaus a fechar o hospital de campanha municipal, gerido pela iniciativa privada, após dois meses de funcionamento. Já os hospitais estaduais podem passar a receber pacientes de Covid-19 vindos de Roraima, em negociação que envolve o Ministério da Saúde.

No Pará, o número de internações diminuiu em Belém, mas algumas regiões do interior estão completamente lotadas. É o caso de Tucuruí (sudeste do estado), que determinou o fechamento do comércio e ocupação o 5º lugar na tabela.

Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, o paranaense Clóvis Arns já havia previsto o cenário preocupante. "Mesmo hospitais privados de Curitiba já estão sem vagas de UTI ou com poucas disponíveis", disse ele no domingo (14) sobre a capital.

A gestão Ratinho Jr. (PSD) deixou a cargo das prefeituras as regras de reabertura de comércio e shoppings. Assim, a maioria das cidades já havia retomado praticamente toda a economia e agora, com a taxa de contaminação e de ocupação de leitos se agravando, estão revendo as medidas.

Uma delas é Curitiba, que registrou recordes da pandemia nesta terça-feira: foram 510 novos casos — maior número desde março — e seis mortos. Uma das explicações da prefeitura para os dados é a inclusão de 428 testes ambulatoriais que tiveram os resultados disponibilizados.

Mesmo assim, o restante dos 82 resultados positivos representa o dobro do número re-



VISITAS PELA JANELA NO EMÍLIO RIBAS Elisete Navarro Curci observa pela janela do quarto o marido, Adhemar Curci, que se trata de Covid-19 na UTI do Instituto Emílio Ribas, em São Paulo. Amanda Penabell/Reuters

Paraná ultrapassa 10 mil casos e vive pior semana desde início da pandemia

Katna Baran

CURITIBA O Paraná bateu nesta terça (16) recorde de casos e mortes pelo coronavírus e está enfrentando sua pior semana da pandemia da Covid-19 desde março, quando teve os primeiros registros da doença.

Com 841 novos diagnósticos em 24 h e 30 mortos em alguns dias, o Paraná chegou a 10.557 pessoas infectadas e 364 óbitos. O estado também tem visto a taxa de ocupação de leitos crescer e atingir mais de 70% em algumas regiões. Apesar de manter a 22ª posição em registros da Covid-19, os números deste boletim estadual são parecidos com os últimos dados do Maranhão, que ocupa o 5º lugar na tabela.

Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, o paranaense Clóvis Arns já havia previsto o cenário preocupante. "Mesmo hospitais privados de Curitiba já estão sem vagas de UTI ou com poucas disponíveis", disse ele no domingo (14) sobre a capital.

A gestão Ratinho Jr. (PSD) deixou a cargo das prefeituras as regras de reabertura de comércio e shoppings. Assim, a maioria das cidades já havia retomado praticamente toda a economia e agora, com a taxa de contaminação e de ocupação de leitos se agravando, estão revendo as medidas.

Uma delas é Curitiba, que registrou recordes da pandemia nesta terça-feira: foram 510 novos casos — maior número desde março — e seis mortos. Uma das explicações da prefeitura para os dados é a inclusão de 428 testes ambulatoriais que tiveram os resultados disponibilizados.

Mesmo assim, o restante dos 82 resultados positivos representa o dobro do número re-

gistrado no dia anterior, e a prefeitura admite crescimento exponencial da doença. A taxa de ocupação de UTIs chegou a 78%, batendo 83% das unidades reservadas para adultos.

"É urgente que a população tome medidas de proteção ou em duas semanas não teremos mais leitos", diz a infectologista da secretaria municipal de saúde, Marion Burger.

Na segunda (15), a prefeitura acendeu o alerta laranja, nível médio entre três criadas na semana passada para balizar o funcionamento de setores da economia. Ainda assim, shoppings e academias, que seriam originalmente fechados, foram mantidos abertos com restrições, após protestos de empresários do setor em frente ao prédio da Prefeitura.

Outra parcela da população, contrária à flexibilização, tem reagido contra o político nas redes sociais. E o Ministério Público pediu explicações à prefeitura sobre as concessões. Em resposta, Greca gravou um vídeo em que disse que as pressões decorrem do ano eleitoral e cita "inimigos políticos" que empurram a população "para a morte".

O município resistia às restrições de comércio e serviços desde o início da pandemia. Em maio, o prefeito citou que os curitibanos vinham seguindo o "modelo suéco" de combate à doença, apostando na "inteligência" da população.

Só agora, com o aumento de casos, Greca está tomando medidas mais severas, mas voltou a apelar para o bom senso. "O Brasil não pode conviver com desobediência civil num momento que é preciso disciplina e regras sanitárias."

Seis estados têm mais de 80% de ocupação em leitos de UTI para Covid-19

% de UTIs estaduais do SUS para Covid ocupadas

	Em 17.abr	Em 18.mai	Em 16.jun
AC	11	100	90
PE	90	96	87
RO	1	54	85
ES	20	78	85
RN	32	79	81
CE*	100	88	80
RR	30	34	78
SE	7	61	76
MT	7	13	76
MA	38	86	76
BA*	13	64	74
MG**	64	69	73
AL	35	64	72
RS***	54	69**	70
SP	58	70	70
GO	76	63	66
PB	5	67	65
DF	31	38	65
RJ****	Não informado	90	64
SC****	15	60	63
PI	Não informado	53	63
PA	94	84	61
AP**	61	Não informado	60
TO	0	35	57
AM	100	79	53
PR	17	36	50
MS	13	1	10

* CE e BA incluem leitos estaduais e municipais não apenas os para Covid-19. ** MG e AP contabilizam todos os leitos. *** RS e SC incluem leitos estaduais, municipais e privados. **** RJ contabiliza apenas os hospitais de referência. Fonte: Governos Estaduais

MORTES

coluna.obituuario@grupofolha.com.br

Símbolo da felicidade, ensinou o valor da vida

MÁRIO GRAGNANI (1939-2020)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO A primeira atitude de Mário Gragnani após receber o diagnóstico de câncer foi agradecer pela vida.

O filho, o músico Rodolfo Gragnani (cantor Rudy), 48, conta que Marião, como gostava de ser chamado, não perdia tempo com problemas e discussões.

"Nasci feliz, vivi feliz e feliz eu fui" e "Todo ser humano é um espermatozoide que deu certo. E o objetivo é um só: a busca pela felicidade" são frases que Mário repetia com frequência.

Quando não pilotava a moto que ganhara de presente de aniversário dos filhos ao completar 80 anos, certamente podia ser visto ao redor da mesa de um bar com a família e os

amigos, ou na organização de alguma festa. Ao longo da vida, teve dez carros conversíveis exóticos — outra paixão.

Sentia orgulho por ter nascido em frente ao teatro Politeama, em Jundiá (58 km de SP), um dos mais tradicionais do país.

Mário nunca se separou do sorriso. Nem na hora de dar conselhos. Tinha o ombro aconchegante e conforto nas palavras. Dono de uma juventude marcante, conquistou amigos de todas as faixas etárias e acreditava no passado como um período de aprendizagem, mas que não atra-

palhava o presente.

Adorava turmas e criou várias. Foi um dos fundadores do Clube do Carro Antigo e do UIA (Unidos Independentes e Amigos), o primeiro motoclube de Jundiá.

Para a Feira da Amizade, criou a barraca dos motoqueiros, que, por cinco anos, foi campeã na arrecadação de fundos para entidades beneficentes.

Fã número um do filho, o cantor Rudy, Mário o incentivou a seguir a carreira de músico desde os 12 anos de idade.

"Meu pai também se destaco na vida profissional. Fazia marketing quando a prática

nem existia no Brasil. Funcionário da Cica [empresa adquirida pela Unilever em 1993 cuja marca foi extinta em 2003] por 25 anos, criou marcas conhecidas", afirma Rudy.

Havia um ano que Mário Gragnani lutava contra um câncer no pulmão. Ele morreu no dia 9 de junho, aos 80 anos. Deixa a esposa, três filhos, seis netos e duas bisnetas.

"Tudo o que atrapalhar a sua vida, corte. A vida é um presente-tefido. Viva intensamente. Esse foi o seu legado", diz Rudy.

1 MÉS

ÁLVARO LOTAIF Nesta sexta (19/6) às 13h, Igreja Nossa Senhora do Brasil, YouTube ou Instagram da Paróquia N. S. do Brasil, e-mail para condolências: condolencias.alvaro@gmail.com

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156, prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h. Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

FOLHA DO ESTADO

DA BAHIA

Sefaz-Ba orienta contribuinte a solicitar restituição de imposto via e-mail

A Secretária da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) orienta os contribuintes que pleiteiam restituição de imposto a enviarem a solicitação via e-mail. A solicitação era feita nas 34 unidades do fisco distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus.

A solicitação deve conter o requerimento de restituição preenchido e encaminhado para o e-mail da região fiscal à qual o contribuinte está vinculado: restituicao_metro@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Metropolitana), restituicao_norte@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Norte) ou restituicao_sul@sefaz.ba.gov.br (Região Fiscal Sul). O formulário de requerimento do imposto encontra-se no www.sefaz.ba.gov.br na área "Carta de Serviços - Consulte". O contribuinte pode solicitar análise de restituição para ICMS, IPVA, ITD e Taxas.

A restituição de imposto na forma de créditos a serem resarcidos pelo fisco ocorre em casos de erros de preenchimento, pagamentos a maior ou em

The image shows a screenshot of the 'Carta de Serviços ao Cidadão' (Service Card for the Citizen) website. At the top, it says 'Sefaz - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia'. Below that, there's a navigation bar with 'Página Inicial', 'Serviços', 'Perguntas Frequentes', and 'Fale Conosco'. The main content area is titled 'Serviços aos Cidadãos' and contains a grid of 20 service categories, each with a checkmark icon, indicating availability. The categories include: ICMS, Auto de Infração, Restituição, Inscrição, Pagamentos, Autorização, IPVA, Consulta Formal, Comunicação, Declarações, Cadastro de Contribuintes do ICMS, Declarações Econômico-Fiscais, ITD, Documentos Fiscais, Inatividade, Notificação Fiscal, IPTU, Taxas, Declarações Especiais/Declarações Declaradas, Encerramento de Contas Tributárias, Regime Especial, Declarações de Débito Tributário, and Notificação de Débito. Below the grid, there's a 'CALL CENTER' section with the number '0800 071 0071' and a note about operating hours: 'O nosso horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira das 8h às 18h. Nos demais horários, dias de semana e feriados o nosso atendimento é via a Unidade de Resposta Automática - URA.' At the bottom right, the 'sefazba' logo is visible.

No site da Sefaz-Ba também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo informações, formulários e orientações com relação aos serviços

duplicidade, entre outras variações. Após o recebimento do e-mail, as equipes da Sefaz-Ba farão o devido encaminhamento da demanda. O contribuinte deve aguardar a resposta também via e-mail, com a confirmação ou não do direito, prazos e

formas de restituição.

Se houver dificuldade em relação a esse e outros assuntos, a Sefaz-Ba orienta que o contribuinte entre em contato via call center no 0800 071 0071 (telefones fixos) ou no 71 3319-2501 (telefone fixo e celular),

nos dias úteis, das 8h às 17h, ou por meio do (faleconosco@sefaz.ba.gov.br). No site da Sefaz-Ba também está disponível a Carta de Serviços ao Cidadão, contendo informações, formulários e orientações com relação aos serviços oferecidos pela secretaria.

Veículo: Estadão	
Data: 18.06.2020	Caderno: Economia



Novo 'Refis' deve somar R\$ 56 bilhões em débitos renegociados, diz governo

Projeção é que 3,5 milhões de contribuintes se enquadram em renegociação de débitos

Luciana Dyniewicz, O Estado de S.Paulo

17 de junho de 2020 | 21h46

O governo estima que até **3,5 milhões de empresas e contribuintes** possam aderir ao novo programa de renegociação de dívidas tributárias, lançado nesta quarta-feira, 17, e que **R\$ 56 bilhões em débitos** sejam renegociados. O programa, [antecipado pelo Estadão/Broadcast e](#)

batizado como Transação Excepcional, só atenderá contribuintes que comprovem passar por dificuldades financeiras devido à pandemia da covid-19, mas permitirá que sejam incluídas dívidas anteriores à quarentena consideradas irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Governo lança 'Refis seletivo' para empresa e cidadão sem condições de pagarem dívida

Os descontos oferecidos pelo governo poderão chegar a **70% da dívida** no caso de pessoas físicas, pequenas empresas e instituições de ensino. Para empresas em geral, serão de, no máximo, **50%**.

Segundo cálculos do governo, do total renegociado com os contribuintes, R\$ 1,2 bilhão poderá ser arrecadado até o fim de 2020, possivelmente o ano mais difícil em termos de receita para a [União](#). Nos dois anos seguintes, a arrecadação com o programa poderá chegar a R\$ 7 bilhões.

Em entrevista coletiva concedida nesta quarta, para apresentar o plano, técnicos do **Ministério da Economia** negaram se tratar de um **Refis**. Isso porque, em programas de renegociação de dívida anteriores, não havia a análise da situação econômica do contribuinte.

“A Transação Tributária não é Refis, que concede benefício linear. A Transição Tributária tem esse viés mais refinado, avalia a situação de cada contribuinte”, **disse o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar**.

Ao lançar o **Transação Excepcional**, o governo toma a dianteira no debate sobre o tema. Os partidos do **Centrão**, que agora sustentam politicamente o presidente Jair Bolsonaro no Congresso, vinham discutindo um **projeto que criava um Refis com descontos de até 90% nos débitos tributários**. Na terça-feira, 16, porém, o presidente da **Câmara dos Deputados**, **Rodrigo Maia**, afirmou que o novo Refis devia se concentrar apenas nas dívidas contraídas durante a pandemia. “Tem de tomar cuidado para não misturar com dívidas anteriores. Há sempre uma cultura no Brasil de não pagar impostos para esperar um novo Refis e isso faz muito mal para a economia”, disse.

Modelo

O **Transação Excepcional prevê o pagamento de 4% do valor da dívida** nos primeiros **12 meses** após o acordo. Depois desse período e realizados os descontos, o valor restante deverá ser quitado em até **72 meses**. Para empresas pequenas e pessoas físicas, o prazo é de até **133 meses**.

Empresas com dívida de até **R\$ 150 milhões**, poderão fazer a solicitação por um formulário na internet, onde terão de informar receita, número de funcionários e demissões realizadas neste ano, entre outros itens. Débitos superiores a **R\$ 150 milhões** terão de ser renegociados pessoalmente.

Dívidas com o **FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)**, do **Simples Nacional** e criminais não serão aceitas no programa.



Governo lança nova renegociação de dívidas

Programa para quitação de débitos tributários será voltado para pessoas físicas e empresas afetadas pela pandemia e terá desconto de até 70%. Equipe econômica estima levantar até R\$ 56 bilhões para os cofres públicos

MANOEL VENTURA

manoelventura@fihglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo anunciou ontem a criação de mais um programa de renegociação de dívidas tributárias para pessoas físicas e empresas. Serão oferecidos descontos de até 70% do valor total dos débitos. Apesar das semelhanças, integrantes da equipe econômica negaram que a medida seja a reedição do Refis, programa de regularização de dívidas criado em 2000 e que já teve diversas reedições.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima que a rodada de negociações tem potencial pa-

ra gerar R\$ 56 bilhões aos cofres da União.

A ação é uma resposta à crise econômica provocada pelo novo coronavírus. O objetivo é permitir a regularização da dívida tributária de contribuintes afetados pela pandemia. O programa irá conceder benefícios maiores para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, Santas Casas, instituições de ensino e outras organizações da sociedade civil.

Nesses casos, haverá desconto de até 100% sobre multas, juros e encargos. Mas o valor a ser pago ao governo sempre terá que ficar em até 70% do valor total da dívida. O cálculo da redu-

ção, o valor das parcelas e o período de quitação levarão em conta a capacidade de pagamento do contribuinte e o impacto sofrido.

Para empresas de médio e grande porte, o desconto será de até 100% sobre multas, juros e encargos, limitado a 50% do valor total da dívida.

'NÃO É REFIS'

Técnicos do Ministério da Economia rejeitam classificar o programa como um novo Refis. O argumento é que enquanto o Refis criava parcelamentos com desconto para qualquer contribuinte, o programa anunciado ontem beneficiará apenas empresas e pessoas em

situação financeira frágil.

— A transação tributária não é Refis. O Refis concede benefício linear. A transação tributária tem viés mais refinado, no sentido de avaliar a situação de cada contribuinte — disse o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano.

Para aderir à renegociação, será necessário comprovar a incapacidade de pagamento dos débitos. Para isso, serão analisados indicadores financeiros do candidato ao parcelamento.

Pelo novo programa, no primeiro ano após a assinatura da renegociação haverá cobrança de 4% do valor do débito. Em seguida, o prazo

para quitar a dívida será de até 133 meses. No caso das empresas médias e grandes, o prazo será de 72 meses. Se as dívidas forem referentes a cobranças previdenciárias, o prazo máximo adicional será de 48 meses.

Não será autorizado renegociar dívidas com o FGTS, o Simples Nacional e multas criminais inscritas na dívida ativa da União.

INSS ADIADO

Depois de adiar o recolhimento das contribuições previdenciárias e do PIS/Cofins dos meses de abril e maio, o governo formalizou ontem a prorrogação dos vencimentos desses impos-

tos também em junho.

A portaria foi publicada pelo Ministério da Economia no Diário Oficial da União e faz parte do conjunto de medidas do governo para enfrentar a crise econômica causada pela pandemia da Covid-19.

A publicação prorroga o recolhimento do INSS feito por empresas e por empregadores domésticos. As parcelas com vencimento neste mês de junho deverão ser pagas em novembro. A portaria ainda adia o recolhimento de PIS e Cofins para o mesmo período.

O total de impostos adiados em junho chega a R\$ 40 bilhões, segundo a Receita.

Estados e municípios se articulam para manter ajuda além de junho

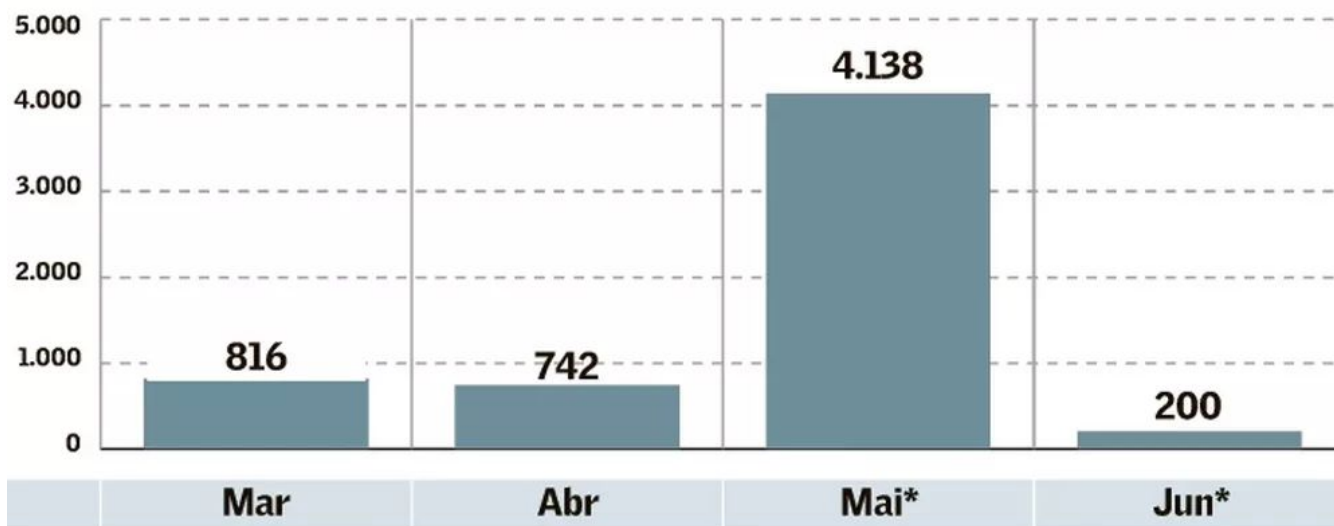
Entes buscam assegurar que repasse do Tesouro a fundos continue no nível pré-pandemia

Por Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto — De Brasília

18/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Menos que o esperado

Repases do governo federal a Estados e municípios (R\$ milhões)



Valor total: R\$ 5.896 milhões

Fonte: Comsefaz, *estimado.

Os Estados pediram ao Congresso Nacional o alongamento do prazo em que o Tesouro Nacional assegurará o valor dos repases dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE) e (FPM) nos níveis pré-pandemia. O Comitê Nacional

de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) enviou na última segunda-feira um ofício ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), pedindo alterações na Medida Provisória (MP) 938, que regula a matéria.

Editada pelo governo no dia 2 de abril, a MP 938 diz que o Tesouro Nacional cobrirá eventuais quedas nos valores dos repasses do FPE e FPM durante os meses de março, abril, maio e junho, garantindo os montantes registrados em 2019, anteriores à crise do coronavírus.

Esses fundos são compostos por parcelas das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são federais. Como a arrecadação está em queda, num reflexo do fechamento de parte das empresas, o natural seria os repasses também ficarem menores. No entanto, o governo federal decidiu manter os valores nos níveis do ano passado.

Para cobrir essas perdas, foram reservados R\$ 16 bilhões, com a previsão máxima de repasse de R\$ 4 bilhões ao mês. Se a queda total do mês fosse menor do que R\$ 4 bilhões, seria liberada apenas a diferença.

No ofício, o Comsefaz informa que até o momento as perdas cobertas com base na MP somam R\$ 5,9 bilhões. De forma que há um saldo de R\$ 10,1 bilhões ainda não utilizado.

Os secretários argumentam, por outro lado, que os efeitos da pandemia se estenderão para além de junho. Assim, seria necessário alongar o prazo coberto pela MP até o fim de 2020.

Dizem, além disso, que as primeiras parcelas da recomposição dos valores do FPE e do FPM refletem “apenas o início da recessão econômica, enquanto a terceira parcela evidencia de forma mais aproximada os efeitos da crise, com alta probabilidade de essa tendência seguir nos próximos meses.”

No ofício, os secretários destacam que as previsões para o desempenho da economia este ano estão piorando. O Produto Interno Bruto (PIB) deve apresentar

queda de 7%. A recessão impactará as receitas dos tributos que compõem os fundos de participação, ressaltam.

Nesse quadro, a complementação dos repasses do FPE e do FPM, segundo eles, torna-se “extremamente importante”.

A MP 938 encontra-se em análise na Câmara dos Deputados. O relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), informou que não havia recebido nenhum pedido de prorrogação. O parecer, que ainda não foi apresentado, é pela aprovação do texto tal como proposto pelo Executivo. Embora tenham sido apresentadas emendas, essas não continham estimativas de impacto financeiro. Por isso, o relator não as admitiu.

Após análise na Câmara, a matéria precisa ser votada no Senado. Governadores e secretários pretendem se articular nas duas casas para buscar uma alteração.

A manutenção do valor das cotas do FPE e do FPM são uma ação do governo em apoio aos entes subnacionais. Há outras. Na semana passada, foram transferidos R\$ 15 bilhões no âmbito do chamado “Plano Mansueto”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

SALVADOR máscara protetora, veja.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Sem energia na quarentena? Experimente isso uma vez por dia

Crise leva Fazenda Nacional a facilitar pagamento de dívidas

PGFN oferece parcelamento com valor de entrada reduzido e descontos em multas e juros

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

18/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Procurador-geral Ricardo Soriano de Alencar: "A transação não é um Refis" — Foto: Matheus Schein/Acom PGFN

Contribuintes que têm débitos inscritos em dívida ativa poderão aderir, a partir de julho, ao que está sendo chamado de "transação excepcional". O programa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) oferece parcelamento com valor de entrada reduzido e descontos de até 100% em multas e juros.

Para ter direito ao benefício, no entanto, o contribuinte terá que demonstrar não ter capacidade financeira para arcar com os valores integrais da dívida. E apresentar as receitas obtidas em 2019 e no primeiro semestre de 2020 - a situação de pandemia será considerada. Também serão exigidas outras informações como patrimônio e quantidade de empregados.

Esses dados serão cruzados com informações da base da PGFN. Comprovada a incapacidade de pagamento do valor original da dívida, o contribuinte receberá as propostas para a quitação parcelada com descontos e fará a escolha.

Tudo será feito por meio do Regularize, programa que pode ser acessado no site da procuradoria. "Nada impede que o contribuinte que tentou em julho e não conseguiu, tente novamente em outros meses, porque a situação pode mudar em razão da pandemia", diz Cristiano Neuenschwander, procurador-adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS.

O prazo de adesão se encerra no dia 29 de dezembro, último dia útil do ano. A PGFN estima que 70% dos cinco milhões de contribuintes que têm débitos inscritos na dívida ativa estejam elegíveis ao programa. E, segundo o procurador João Grognet, coordenador-geral de Estratégia de Recuperação de Créditos da PGFN, R\$ 56 bilhões deverão ser renegociados.

A nova transação está prevista na Portaria nº 14.402, publicada ontem no Diário Oficial da União. Serão elegíveis as dívidas de até R\$ 150 milhões. Contribuintes com débitos acima desse valor poderão negociar com a PGFN, mas por meio de uma outra modalidade, a transação individual - em que as partes sentam para conversar.

A portaria publicada ontem é a segunda para o período de pandemia. A primeira, chamada de “transação extraordinária” havia sido publicada em abril e tem prazo de adesão previsto para até o dia 30 deste mês. Cerca de 30 mil contribuintes já aderiram, o que, segundo a PGFN, representa a negociação de R\$ 8 bilhões.

As condições, agora, no entanto, são mais vantajosas. A portaria publicada em abril previa valor de entrada reduzido e parcelamento, mas não concedia descontos.

Na 14.402, publicada ontem, a entrada será de 4% do valor total da dívida, que poderá ser parcelado em até 12 meses. O restante, com desconto em juros e multas, poderá ser quitado em até 84 meses pelas empresas em geral. O prazo poderá alcançar 145 meses para pessoas físicas, empresários individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia e sociedades cooperativas.

Os descontos, de até 100% em juros e multas, vão variar conforme a capacidade de pagamento do contribuinte, a situação da dívida e o parcelamento escolhido - quanto mais vezes, menor o desconto. Além disso, a redução não poderá ser maior que 50% do valor total da dívida. O limite é para que o montante principal da dívida, sem os encargos, não seja reduzido.

O valor menor de entrada, parcelado em 12 meses, foi pensado para o período de menor capacidade financeira das empresas, por causa da crise gerada pela covid-19. Daniel Saboia, assessor especial da Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Dívida Ativa da União, diz que o período de adaptação das empresas deve se estender até o começo de 2021, com a retomada prevista para o mês de abril.

“A transação vem para trazer instrumentos para que consigamos atravessar esse período”, diz. “Em vez de exigir a retomada fiscal, estamos postergando e considerando um ano de parcelas módicas da dívida”, acrescenta.

A transação tributária surgiu no fim de 2019 com a Medida Provisória nº 899, a MP do Contribuinte Legal, convertida na Lei nº 13.988.

Duas portarias trouxeram as regras para a transação em abril, a 9.917 e a 9.924. A primeira tratava das normas gerais. Só podiam participar contribuintes com situação cadastral que indicasse irrecuperabilidade dos créditos em dívida ativa ou com o CNPJ baixado. A Portaria 9.924 estabeleceu pela primeira vez condições para a transação em razão dos efeitos da pandemia.

Ricardo Soriano de Alencar, o procurador-geral da Fazenda Nacional, frisa que “a transação não é um Refis”. “É um instrumento muito mais refinado, avalia cada contribuinte”, afirma.

De acordo com a PGFN, quase 90% dos contribuintes que se utilizaram de Refis nos últimos anos tinham capacidade para pagar suas dívidas de forma integral.

Há discussão no Congresso, no entanto, sobre a criação de um novo Refis, o que, para a advogada Andréa Mascitto, do escritório Pinheiro Neto, pode deixar os contribuintes em compasso de espera. “As empresas estão esperando para ver se esse Refis vai sair para decidir o que é mais vantajoso”, diz.

Para ela, no entanto, a “procuradoria caminhou bem” ao disponibilizar a transação. “Deu um alento no meio dessa incerteza de Refis ou não e incentiva a conformidade fiscal”, acrescenta.

Julio Janolio, sócio do Vinhas e Redenschi Advogados, vê a possibilidade de descontos, prevista na portaria da PGFN, como interessante. Mas ele também cita os projetos de lei que preveem a criação de um novo Refis - tratam-se do PL nº 152, no Senado, e o PL nº 2.735, na Câmara.

“São mais vantajosos para os contribuintes”, diz. “Preveem descontos de até 100% em multa e juros e também a possibilidade de pagamento com prejuízo fiscal acumulado.” O contraponto, no entanto, acrescenta, é que não há, até agora, sinalização mais contundente de que serão aprovados.

Déficit público em 2020 pode superar 16% do PIB

Resultado deve ser pior que o de um grupo de 42 países avançados e emergentes, estima consultoria EIU

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

18/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O tamanho do buraco

Rombo fiscal do Brasil neste ano deve superar o de 42 países

Países selecionados	Déficit nominal* projetado para 2020, em % do PIB	Posição no ranking
Brasil	-16,3	1
Reino Unido	-14,1	2
EUA	-14	3
Peru	-13,2	4
África do Sul	-12,4	5
Itália	-12	6
Chile	-11	9
Espanha	-10	12
França	-9,9	13
Índia	-7,4	18
Colômbia	-7,1	20
Japão	-6,9	21
Alemanha	-6,1	28
Argentina	-6,1	29
China	-6	30



Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU) *considera pagamento de juros

A queda nas receitas e o aumento dos gastos dos governos, impostos pela pandemia e a consequente recessão, deverão atingir praticamente todos os países em 2020 e levar a uma deterioração generalizada das contas públicas nacionais. Com uma situação delicada antes mesmo da explosão da doença, porém, o rombo do Brasil deve se destacar, ameaçando a confiança de investidores na trajetória fiscal e econômica do país.

A empresa britânica de análises Economist Intelligence Unit (EIU) projeta para o Brasil um déficit nominal (receitas menos despesas, considerando pagamento de juros) de 16,3% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, o que não apenas seria um recorde doméstico, como também supera as estimativas da EIU para outros 42 países neste ano.

O déficit do Brasil aparece logo à frente das projeções para Reino Unido (14,1% do PIB) e Estados Unidos (14% do PIB), países com alguns dos mais robustos pacotes de enfrentamento da pandemia. O rombo brasileiro projetado supera o de sul-americanos que têm gastos expressivos na crise, como Peru (13,2% do PIB) e Chile (11% do PIB), assim como de outros emergentes - África do Sul (12,4% do PIB) e Índia (7,4% do PIB), por exemplo.

A previsão da EIU para o déficit nominal do Brasil contempla um resultado primário negativo em 11,9% do PIB e um impacto com pagamento de juros equivalente a 4,4% do PIB. O cenário inclui ainda contração de 7,5% da economia em 2020 e uma dívida bruta/PIB saltando de 76,5% no fim de 2019 para 97,6% neste ano. “Vai ser massiva a queda na arrecadação e também o aumento dos gastos. Esses dois fatores vão levar o déficit nominal para além de 16% do PIB. É bastante elevado”, afirma Robert Wood, economista-chefe para América Latina da EIU.

A Capital Economics, que trabalha com um déficit nominal de 13% do PIB para o Brasil neste ano, também vê chances de um número mais próximo da EIU. “Um déficit de 15% a 16% do PIB certamente não está fora de questão”, diz William Jackson, economista-chefe para mercados emergentes.

Especialistas destacam o caráter horizontal dos choques provocados pela pandemia nos países, algo de certa forma inédito se comparado a outros períodos de crises ou guerras. Mas é provável que o déficit brasileiro seja maior por dois motivos, segundo Jackson. Um é o impacto particularmente grande da pandemia na atividade - a Capital projeta queda de 8% no PIB do país em 2020. O outro é que, na largada, as finanças públicas brasileiras já eram fracas. Em 12 meses até fevereiro, o déficit nominal era de cerca de 6% do PIB, número considerado grande por Jackson, e o nível da dívida também é superior à média dos emergentes.

“No início da década, tínhamos uma relação dívida bruta/PIB de 50% a 55%, relativamente mais próxima de outros emergentes. Hoje estamos indo para praticamente o dobro disso, é muito distante”, diz Carlos Kawall, diretor de pesquisa econômica do ASA Bank e ex-secretário do Tesouro.

O fato de os principais indexadores da dívida, como juros e inflação, estarem em mínimas históricas é “o lado bom da história”, de acordo com Fabio Klein, analista de finanças públicas da Tendências Consultoria. “Para 2021, projetamos um déficit nominal de 5,7% do PIB, sendo 2,9% do PIB de resultado primário negativo. Em 2019, o rombo nominal foi de 5,9% do PIB, para um primário de 0,9% do PIB. Ou seja, com um primário bem pior em 2021, a gente projeta um déficit nominal menor, porque o custo médio da dívida também deve ser menor”, ele afirma.

Para este ano, no entanto, a Tendências estima um déficit nominal do setor público de 14,2% do PIB, sendo quase 10% de rombo primário. Além de partir de um patamar de endividamento mais elevado, o custo médio da dívida brasileira também é superior, segundo Klein. “Nominal, roda na faixa de 6%. Considerando uma inflação ao redor de 2%, estamos falando de 4% de juro real, ainda é elevado.” Jackson observa que a queda na taxa de juros do Brasil tornará mais barato o governo tomar empréstimos com vencimentos curtos, “mas vale notar que os custos de empréstimos de longo prazo não caíram”.

Joga a favor do Brasil a composição atual de sua dívida. “Alguns emergentes compartilham características que tornam a dívida deles mais complicada de servir, seja porque uma enorme parcela é em moeda estrangeira ou mesmo porque a dívida interna está muito indexada a câmbio, o que deixa o país muito sujeito à volatilidade externa. Isso já foi um problema no Brasil, mas nossa dívida agora tem composição muito mais gerenciável”, afirma Klein.

Exemplos de emergentes com mercados domésticos pequenos e grande volume de dívida em dólar incluem governos da África e também a Argentina, “onde custos fiscais empurram países para o default [calote]”, diz Jackson. O Brasil chegou a ter cerca de 20% da sua dívida detida por não residentes, participação que agora caiu para menos de 10%.

Embora o endividamento brasileiro pareça ter sido mais sustentável no início da década, a situação estrutural era “muito ruim” porque gastos obrigatórios cresciam em velocidade muito alta e não havia esforço de reformas, de acordo com Kawall. Isso começa a mudar a partir de 2016, observa Kawall, conforme vêm a aprovação do teto de gastos, mudanças da Previdência e uma nova agenda de reformas. A despeito de uma relação dívida/PIB ainda elevada em 2019, a percepção era de que, estruturalmente, havia avanços, diz ele.

Por isso, Kawall, Klein e Wood são unânimes na avaliação de que, para o rombo fiscal em dois dígitos neste ano assustar menos o investidor, é fundamental autoridades darem continuidade à agenda de reformas, o que inclui preferencialmente a aprovação da PEC Emergencial e a reforma administrativa, permitindo a manutenção do teto de gastos.

Segundo Wood, redução dos juros e injeção de liquidez “ajudam para que os investidores deem um tempo e um espaço para muitos mercados emergentes absorverem o golpe fiscal”. Por isso, ele afirma, mais importante do que o que ocorrerá de fato nos próximos dois ou três meses, é como o Brasil entrará em 2021, ou seja, “qual vai ser a consolidação fiscal que virá depois”.

Embora reforce que, passada a fase mais aguda da pandemia, a agenda de reformas precisa ser revisitada, Wood diz ver muitos entraves para isso. Um deles é a própria percepção de que a crise da covid-19 no Brasil vai durar mais do que poderia, diante da falta de coordenação entre as esferas de governo.

O problema, porém, não é apenas uma agenda apertada, mas também um ambiente político doméstico “muito conturbado”, diz Wood. “Na prática, acho difícil retomar com seriedade as reformas. Não tem consenso sobre isso agora, então não é um bom clima para avançar e é isso que preocupa os investidores. Tem muito barulho e muitas ideias voando no ar, parece que há muitas propostas, mas nada fechando, não há coordenação com lideranças e partidos. O governo falava há muito tempo que ia apresentar reforma de simplificação tributária, cadê? Os investidores estrangeiros vão querer ver quando vão apresentar, qual vai ser. Quanto mais tempo demora, a janela de oportunidade vai ficando mais restrita.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Modele o seu cabelo com os melhores babyliss da GA.MA Italy. Entrega rápida e garantida. Frete grátis para todo Brasil

GA.MA ITALY

LINK PATROCINADO

SALVADOR máscara protetora, veja.

INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

A casa de Grazi Massafera é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

Economia sem força derruba preços, mas deflação é passageira

Inflação deve seguir muito baixa, porém ainda em terreno positivo, segundo analistas, que destacam efeitos danosos do fenômeno

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

18/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Marcelo Kfoury: deflação 'transfere' dinheiro do devedor para o credor e tira potência da política monetária — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Os meses de abril e maio registraram deflações que, na série histórica desde o Plano Real, só não superaram a queda de 0,51%, observada em agosto de 1998. Aparente alívio para o consumidor, a deflação traz notícias preocupantes sobre a economia e pode gerar reflexos tão danosos quanto preços elevados, principalmente quando se

torna recorrente. Esse não é, por enquanto, o horizonte brasileiro, segundo economistas. Após cair 0,31% em abril e 0,38% em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve voltar ao campo positivo a partir de junho, na casa de 0,20% por mês.

Ainda assim, a inflação deve encerrar 2020 bem abaixo de 2,5%, o piso da banda da meta perseguida pelo Banco Central. O alvo deste ano é de 4%, com tolerância de 1,5 ponto percentual, para cima ou para baixo. O consenso do mercado, de acordo com a mediana das estimativas do Boletim Focus, do BC, mostra um IPCA de 1,57% neste ano. Alguns analistas esperam um indicador inferior a 1%.

Sem demanda

Na pandemia, Brasil registrou deflações, mas fenômeno é pontual

■ IPCA mensal, em %



■ IPCA acumulado em 12 meses, em %



Mesmo no campo positivo, índices de preços muito baixos preocupam, diz Simão Silber, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). “Quando a inflação começa a ficar muito baixa, a turma de Banco Central pode se apavorar, porque isso pode significar recessão. Em países desenvolvidos, se vai abaixo de 2%, pessoal já se assusta. Um número negativo é simplesmente um sinal mais radical”, afirma.

Para a deflação se tornar de fato perigosa e demonstrar uma fraqueza profunda da economia, ela precisa ser um fenômeno estrutural, explica o economista Luiz Roberto Cunha, professor da PUC-Rio. O exemplo mais clássico é o Japão. O país lida desde meados de 1990 com o fantasma da deflação, o que inclusive levou sua taxa de juros a ficar negativa. “Esse é um problema de uma economia envelhecida, que está muito estabilizada, mas também que cresce pouco”, diz Cunha.

Um dos efeitos de índices de preços estruturalmente negativos é o aumento da chamada “poupança precaucional”, formada quando as pessoas preferem guardar dinheiro para consumir depois, o que reduz a demanda. “Vai gerando um ciclo vicioso, porque as pessoas acham que podem comprar melhor lá na frente”, afirma Cunha.

Na opinião dos economistas, o reflexo mais perverso da deflação, porém, está nas relações de crédito. A inflação “come” um pedaço do valor nominal de uma dívida tomada no passado, diminuindo o valor real devido. Na deflação, o movimento é o contrário. “Quem pega um certo dinheiro emprestado, mesmo que o juro nominal seja zero, o juro real pode ser alto dependendo da deflação. Ela aumenta o valor do dinheiro. Esse é um efeito devastador sobre o devedor, mas ótimo para o credor”, diz Silber.

A situação é especialmente perversa porque o credor, em geral, já tem melhores condições financeiras. “O que ocorre é um transferência de dinheiro para quem já tem mais recursos. Em uma recessão, isso é muito sério, porque as pessoas estão com dificuldade de honrar compromissos”, diz Marcelo Kfoury, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EESP/FGV).

Ele vê ainda outros dois impactos relevantes da deflação nas economias. Um é a perda de potência de uma política monetária expansionista, que estimularia a

atividade por meio de corte de juros. Mesmo que o juro nominal fique perto de zero, uma situação de deflação passa a contribuir para aumentar o juro real. Isso ocorre porque a taxa real leva em conta o juro nominal descontada a inflação. “A política monetária não só perde a potência, como vira de lado. Isso vai desestabilizando a economia”, afirma ele.

O terceiro efeito diz respeito aos salários. Se, quando há inflação, remunerações precisam, em tese, ser corrigidas para cima para manter o poder de compra dos trabalhadores, quando há deflação, elas deveriam ser reduzidas “para a economia voltar ao equilíbrio”, diz Kfoury, lembrando, no entanto, que isso não é permitido pela lei brasileira. “Se há deflação e o salário nominal não é reduzido, em termos reais você estaria aumentando o salário. Isso é complicado em uma recessão, em que empresas tentam ajustar custos para não quebrar.”

Silber diz que a inflação brasileira “já preocupa há muito tempo, há uns quatro anos”, porque na maior parte deles ficou abaixo do centro das metas. Apesar disso, economistas dizem que não há espaço para uma deflação estrutural no país. “Se a demanda agregada é inferior à oferta do produto potencial, que é o PIB [Produto Interno Bruto] que o país pode atingir com o melhor uso dos fatores de produção, se o hiato do produto [medida de ociosidade da economia] é muito grande, é claro que a tendência é os preços subirem menos”, diz Cunha, da PUC-Rio.

As acentuadas quedas recentes nos preços, porém, são reflexos pontuais de uma economia paralisada pela pandemia. No curto prazo, conforme sobretudo serviços forem reabrindo, ainda que com lotação limitada, é esperado aumento nos preços, tanto pela demanda reprimida quanto pela necessidade de os negócios compensarem perdas, observa Cunha.

Na tentativa de trazer a inflação para mais perto da meta, o BC deve seguir com uma “política monetária ativa”, diz Kfoury, reduzindo juros - a Selic foi cortada ontem para 2,25% ao ano. Medidas fiscais, como o auxílio emergencial, também são importantes, segundo Kfoury. “Você está injetando bastante dinheiro na economia, o que dificulta ter deflação ao oferecer poder de compra às pessoas”, afirma.

Cunha é mais cético. “Se fosse simplesmente um choque de demanda, você reduz juro, libera crédito, poderia reativar a demanda, mas as pessoas estão presas em

casa e a queda na oferta foi brutal, isso segura a inflação. As políticas monetárias e fiscais são para evitar situação pior.”

Segundo Cunha, a dúvida que fica, não para os próximos meses, mas num horizonte maior, é se haverá alguma pressão inflacionária com a recuperação da economia. Aqui ou no mundo, enquanto não houver uma vacina, viabilizar um processo produtivo seguro deve acarretar aumento de custos. Mas essa não é uma preocupação nem para este nem para o próximo ano, sobretudo em um país como o Brasil, que deve ter uma retomada bastante lenta, acrescenta o professor.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

SALVADOR campeã de vendas no mundo todo.

INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Médicos comprovam: mulheres podem reduzir rugas com este truque

BELLECAPS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue

GC99

por taboola

Leia em Valor Investe

Ferramenta promete acelerar liberação de repasses

Mecanismo pretende cortar em 40% tempo gasto na análise de orçamentos para pequenas obras que Estados e municípios realizam com verba federal

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

18/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Dificuldades na compra de equipamentos de proteção individual (EPI) e respiradores explicam, em parte, a baixa execução do orçamento destinado ao Ministério da Saúde para o combate à pandemia. Mas a dificuldade em operacionalizar gastos, principalmente quando realizados em parceria com Estados e municípios, é um problema histórico do governo. Ontem, foi anunciado um mecanismo que pretende cortar em 40% o tempo gasto na análise de orçamentos para pequenas obras que Estados e municípios realizam com recursos federais.

O **Valor** mostrou ontem um levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI) que aponta a baixa execução de gastos autorizados para combater a pandemia. No caso do Ministério da Saúde, dos R\$ 44,2 bilhões existentes, haviam sido pagos R\$ 12,5 bilhões, ou 28,3%.

Os dados do Ministério da Saúde são ligeiramente diferentes, mas apontam para a mesma direção. Segundo a pasta, são R\$ 39,3 bilhões previstos para combater a covid-19, dos quais R\$ 13 bilhões foram empenhados (reservados para pagar uma determinada despesa), e R\$ 11,1 bilhões, efetivamente pagos. Desses, R\$ 9,5 bilhões são transferências a Estados e municípios.



As compras dos EPIs e respiradores só são pagas quando a mercadoria é recebida, informou a pasta. Por isso parte dos recursos ainda não foi gasta. Além disso, há ações que são quitadas mensalmente, como o programa Mais Médicos.

Para o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, a baixa execução no Ministério da Saúde é preocupante. Ele ressaltou que a emenda constitucional do “Orçamento de Guerra” autorizou procedimentos simplificados para compras e contratações durante a pandemia.

Por outro lado, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse numa entrevista ao portal UOL que a diferença entre os gastos autorizados e os valores pagos é “natural”, se as ações foram estruturadas para durar alguns meses, como é o caso das despesas de combate à pandemia.

Ele admitiu, por outro lado, que programas lançados pelo governo não utilizarão todo o recurso a eles destinado. É o caso do financiamento às folhas salariais, que recebeu R\$ 37 bilhões, mas não deve consumir R\$ 20 bilhões. A verba que sobrar, segundo ele, deve ser destinada a outros programas.

O governo trabalha para atacar os gargalos que existem nos projetos executados em convênio com Estados e prefeituras, disse ontem o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert. Hoje, a burocracia faz com que o tempo

médio decorrido entre a decisão de fazer um gasto desse tipo e sua concretização seja de cinco anos, em média.

O ponto atacado ontem é a análise dos orçamentos que os entes precisam apresentar antes de licitar uma obra. Hoje, a análise é feita item a item. A nova ferramenta permite que, em vez de olhar para o preço de um saco de cimento, o governo considere o preço de um metro quadrado construído, por exemplo. A referência sai de um banco de dados em que são registrados esses convênios desde 2008.

Com isso, o tempo de análise de um orçamento cairá de 12 para sete meses, uma redução de 40%. Há hoje 9.540 projetos nesta etapa de análise, com investimentos de R\$ 15,6 bilhões.

Essa nova ferramenta integra um conjunto que pretende tornar mais simples e rápida a execução de obras na ponta.

Heckert é responsável também por um painel que registra os gastos do governo no combate à pandemia.

Para acelerar a reação, foi permitido que o setor público adquirisse produtos e serviços destinados ao combate ao coronavírus sem licitação.

Os gastos, porém, são publicados em detalhe no painel, que vem sendo utilizado por órgãos de controle. É possível saber quem é o fornecedor de cada contrato e o preço.

O secretário acredita que muitas das ações de repressão a desvios de recursos têm origem nos dados do painel.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!

MERCEDES-BENZ VANS



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

O cenário fiscal previsto por Mansueto


Segundo secretário demissionário, ajuste fiscal vai durar todo este governo e todo o próximo também

18/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Por mais difícil que seja a situação fiscal deste ano, provocada pela pandemia da covid-19, quando o déficit primário do setor público poderá ultrapassar 11% do Produto Interno Bruto (PIB), o secretário demissionário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, chamou a atenção para “uma janela de oportunidade” que vai facilitar o ajuste das contas públicas.

“As estimativas de mercado, que constam do Boletim Focus, apontam para um período de três a quatro anos de juros reais muito baixos, menores do que o crescimento real do PIB”, observou, em entrevista ao **Valor** - um fenômeno inédito no país. “Esta é uma janela que precisamos aproveitar para avançar nas reformas estruturais”, defendeu.

Juros ficarão muito baixos por um período de 3 a 4 anos



Um juro real excepcionalmente baixo vai reduzir o custo da dívida pública, ajudando o governo a reverter a atual trajetória de alta do endividamento. Como ele será menor que o crescimento da economia nos próximos três a quatro anos, a relação dívida/PIB pode cair ainda mais rapidamente.

“Os juros podem ir para menos de 3% neste ano e ficar abaixo de 6% no próximo ano”, prevê Mansueto. “E a dívida ainda não captou toda a queda dos juros dos últimos anos”, explicou. A situação nessa área é confortável porque os juros estão baixos também nos países desenvolvidos, sendo mantidos pelos respectivos bancos centrais próximos a zero.

Ele advertiu, no entanto, que se o cenário benigno de juros se reverter “será um desastre e o Brasil terá que fazer algo mais radical” no seu ajuste fiscal. “Se fizermos tolice [na área fiscal], os juros sobem e o PIB vai se arrastar”, afirmou. Mansueto observou que 60% da dívida pública mobiliária está ligada a juros de curto prazo. Assim, uma piora dos juros repercute rapidamente no custo da dívida. “Mas, se as reformas andarem, podemos até ter um cenário melhor que o traçado no Boletim Focus.”

Por isso, Mansueto considera indispensável manter o teto de gastos. “A necessidade do ajuste fiscal está inscrita na Constituição”, lembrou, em referência à Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o limite para as despesas da União. Para sustentar o teto até 2022, segundo ele, o governo precisará fazer três coisas: não criar novas despesas obrigatórias, não aumentar os salários dos servidores e não repor integralmente os funcionários que vão se aposentar.

O secretário não vê dificuldade para o cumprimento do teto em 2021, mesmo com o limite para a despesa sendo corrigido por uma inflação inferior a 2%, como provavelmente ocorrerá. Isto porque, segundo ele, o índice que corrigirá as despesas obrigatórias também deverá ser menor. Mas há uma condição importante. “Se o governo conseguir manter o fim da desoneração da folha de

pagamentos das empresas, que está previsto para dezembro, ganhamos R\$ 10 bilhões de espaço no teto”, explicou. O fim da desoneração da folha neste momento da pandemia encontra forte resistência no Congresso.

O problema maior para a manutenção do teto, segundo Mansueto, ocorrerá depois de 2022. “Para isso, será necessário reduzir despesas obrigatórias”, afirmou, o que só será possível com a aprovação das reformas estruturais. “Claro que, se decidirem aumentar as despesas obrigatórias e ter um megaprograma social para combater a informalidade com aumento da despesa total, aí não tem teto que agunte a tempestade”, afirmou.

Na avaliação de Mansueto, o esforço fiscal para reequilibrar as contas públicas será maior do que aquele projetado antes da atual crise de saúde. Com as medidas de combate à pandemia, Mansueto estimou que a dívida bruta subirá 15 a 20 pontos percentuais do PIB e que a dívida líquida subirá pelo menos 10 a 12 pontos percentuais do PIB. Por isso, explicou o secretário, o governo vai precisar obter um superávit primário de 2,5% a 3% do PIB para fazer a dívida pública cair em proporção do PIB. Em fevereiro deste ano, o Tesouro Nacional calculou que seria necessário um superávit primário médio de 1,27% do PIB durante dez anos para reduzir a dívida bruta em 10% do PIB.

O déficit primário deste ano, segundo Mansueto, poderá superar R\$ 800 bilhões, ou mais de 11% do PIB, se o governo decidir prorrogar alguns benefícios concedidos. No próximo ano, por causa da frustração esperada para a receita, o déficit primário deverá ficar entre 2,5% e 3% do PIB, projetou o secretário.

O anexo de metas fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2021, em análise pelo Congresso, prevê um déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) de 1,84% do PIB. Mas a meta poderá ser ajustada de acordo com o comportamento da receita.

Como será necessário fazer um superávit primário de 2,5% a 3% do PIB no futuro, o esforço fiscal necessário para que a dívida entre em trajetória de queda, em comparação com o PIB, será e 5% a 6% do PIB. “O ajuste vai pegar todo este governo e todo o próximo governo”, explicou. “Mas este governo pode ajudar muito o próximo ou dificultar muito essa missão.”

Para ele, um programa de renda básica, como está sendo defendido por amplos setores da sociedade, só cabe no teto de gastos se for a junção de vários outros programas sociais já existentes. “Se for aumento do gasto total, vai complicar muito e qualquer governo terá que partir para aumento da carga tributária”, afirmou.

Desde o fim do ano passado, Mansueto manifesta internamente o seu desejo de deixar o cargo de secretário do Tesouro, conforme o **Valor** noticiou em novembro de 2019. Ele está no governo desde meados de 2016. O ministro da Economia, Paulo Guedes, conseguiu segurá-lo por mais algum tempo. Mas, agora, ele resolveu ir embora porque diz estar cansado. E entende que o próximo titular do cargo precisa estar presente às discussões em torno do ajuste fiscal pós-pandemia, que terão início nas próximas semanas dentro do governo.

Mansueto deu uma grande contribuição ao equilíbrio das contas públicas, desde o governo do ex-presidente Michel Temer. Debateu com transparência as alternativas de ajuste, sem medo de enfrentar os problemas e com honestidade de propósito. Vai fazer muita falta ao governo.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

SALVADOR máscara protetora, veja.

INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

A casa de Grazi Massafera é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Se você tem prostatite ou corre todas as noites para urinar, leia isso urgente

PROST+ACTIVE

Paulo Guedes fala em acelerar reformas, Bolsonaro em adiá-las

O eixo político do governo não gira em torno das reformas. Se a situação não piorar, o futuro promete mais do mesmo

18/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Contrastando com seu estilo colérico e arrebatado, o presidente Jair Bolsonaro é econômico em palavras e entusiasmo quando se refere às reformas econômicas. Se elas não forem retomadas depois que a pandemia passar, a economia continuará prostrada e o governo não terá então muito tempo até entrar no calendário eleitoral, perto do fim de 2021 - apesar de Bolsonaro estar em campanha pela reeleição desde o primeiro momento em que pisou no Palácio do Planalto.

O mérito da reforma da previdência, o maior feito do governo até agora, passa ao largo de Bolsonaro. Deveu-se muito mais à insistência da equipe econômica e à disposição do Congresso em realizá-la. O presidente intercedeu pouco, tardiamente, e quase sempre para favorecer categorias para as quais fez lobby em quase três décadas no Congresso: militares e policiais. Mas as economias para os cofres públicos em dez anos, de R\$ 800 bilhões, emagreceram diante da destruição provocada pelo coronavírus, que pode elevar o déficit público este ano para perto dos R\$ 700 bilhões.

Outras reformas, que tratavam da segunda maior rubrica de despesas públicas, a folha de salários da União - como a administrativa, a PEC emergencial e a tributária -, se perderam em meio ao pandemônio criado pelas provocações de Bolsonaro às instituições, primeiro, e depois com a emergência da covid-19. Nenhum programa de reconstrução sério para a economia após a pandemia deveria prescindir de um esforço concentrado nos três conjuntos de medidas.



Ads by Teads

O presidente, no entanto, só aparece animado em afrontar o Supremo Tribunal Federal. Anteontem, Bolsonaro já despachou para o ano que vem a reforma administrativa, que continha amplas mudanças nas formas de contratação, remuneração, promoção do funcionalismo e nas despesas com pessoal, o segundo maior gasto da União.

Na primeira vez em que trombou com o tema, ele adiou o envio do projeto para o Congresso e se disse preocupado com as revoltas populares no Chile e temeroso de que se espalhassem pelo Brasil, com manifestações de ira do segmento assalariado mais bem remunerado do país. Agora, ele afirmou que será preciso fazer uma “boa campanha na mídia” para esclarecer que seu governo não pretende acabar com a estabilidade do funcionalismo.

O presidente não quer problemas com as corporações - disposição sem a qual não se vai longe em mudar o Estado - nem tampouco com temas aborrecidos e complexos como a reforma tributária. Bolsonaro disse que ela é “complicada”, no que tem razão: ela é discutida há décadas sem que se vá a lugar nenhum.

O ministro Paulo Guedes parece sempre entusiasmado, mesmo quando não há motivos para isso. Ele continua dizendo que o “Brasil vai surpreender” após a pandemia, depois de jurar que a economia estava “decolando” antes dela. Guedes voltou a falar da reforma de impostos para acabar com o “manicômio tributário”, mas suas palavras não tem sido acompanhadas de ação. Prometeu ontem acelerá-las em 60, 90 dias, após ter dito que as enviaria em uma semana - e assim se passaram meses. Guedes sequer apresentou até hoje projeto nesse sentido e quando falou no tema foi para ressuscitar a famigerada CPMF, com disfarce moderno. Nesse ponto, o Congresso está à frente, tem dois projetos avançados, à espera das contribuições do governo, que nunca vieram.

A PEC emergencial servia de viga para o teto de gastos, ao prever congelamento dos salários do funcionalismo, promoções, concursos, toda vez que a União estivesse perto de estourar os limites - o que já ocorre desde 2019. A PEC enlaçava também os governos estaduais e oferecia algum alívio com a folha de pagamentos, a maior despesa dos entes federados. Não se fala mais nela.

Um jeito interessante de fazer parte da tarefa em relação aos Estados foi o Plano Mansueto, que ficou parado no Congresso e governadores até ser abalroado pela emergência sanitária e vagar moribundo, também a caminho do esquecimento.

Há duas certezas após a pandemia. A economia continuará se recuperando em baixa velocidade e com uma carga de endividamento muito superior. A covid-19 evidenciou o fosso social existente e as pressões por recursos serão maiores, não menores. Para aperfeiçoar e ampliar os programas sociais será preciso rearranjar receitas e despesas, o que as reformas permitem. O eixo político do governo não gira em torno das reformas. Se a situação não piorar, o futuro promete mais do mesmo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

SALVADOR campeã de vendas no mundo todo.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!

Tributação digital brasileira na berlinda

O debate começa a florescer de modo mais concreto neste ano, possivelmente em razão do contexto da pandemia, que demanda novas fontes de receita

Por Rodrigo Luís Pupo e Tathiane Piscitelli

18/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

No início de junho, o Brasil foi surpreendido com uma investigação iniciada pelos Estados Unidos da América (EUA) sob a Seção 301 da legislação de comércio americana, que investiga práticas de comércio desleais de outros países, por uma razão ainda pouco conhecida na seara do comércio internacional: a possível criação de um tributo específico sobre a economia digital no território brasileiro. Junto com o Brasil, foram também incluídos na investigação Áustria, República Checa, Índia, Indonésia, Itália, Espanha, Turquia, Reino Unido e a própria União Europeia.

A Seção 301 autoriza o presidente americano retaliar outros países unilateralmente - e sem autorização da Organização Mundial do Comércio (OMC) - para remover ou afastar atos ou práticas de governos estrangeiros que sejam, na visão dos EUA, discriminatórios ou injustos, ainda que não violem acordo internacional. Não existe equivalente dessa legislação americana em outros países.

O debate começa a florescer de modo mais concreto neste ano, possivelmente em razão da pandemia que demanda novas fontes de receita



Itaú
Sponsored

Malala ficou conhecida mundialmente após sofrer um grave atentado por lutar pelo direito à educação.



A peça "Malala, a menina que queria ir para a escola"

Os EUA recorreram à Seção 301 em casos em que as regras da OMC sejam tidas como insuficientes (por exemplo, exigência a China de transferência de tecnologia e o próprio "digital service tax" francês) ou contra não membros da OMC (caso da Ucrânia em 2001). Mais recentemente, as retaliações comerciais da Seção 301 têm sido uma das armas dos EUA para sobretaxar produtos chineses no contexto da guerra comercial entre essas potências.

O objetivo, nesse caso específico, é apurar se os países investigados adotam ou pretendem adotar medidas que contrariem o interesse de grandes empresas americanas de tecnologia. No jargão da OMC, é a tributação do comércio eletrônico transfronteiriço. Os interessados poderão apresentar comentários ao USTR até 15 de julho. Em seguida, o USTR determinará se os atos, políticas ou práticas investigadas são acionáveis. Em caso afirmativo, o USTR apontará para as ações a serem tomadas.

O debate sobre a tributação da economia digital tem ocupado a agenda da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) há anos, sem que, até o momento, haja consenso entre os países membros da organização. A discussão contempla a possibilidade de tributar empresas de tecnologia que, mesmo sem presença física nas jurisdições, realizam fatos econômicos capazes de revelar significativa capacidade contributiva.

No contexto da OCDE, há duas forças claras em tensão: de um lado, o desejo dos Estados Unidos em manter como critério para a tributação o local em que a empresa possui presença física; de outro, o justo clamor dos outros países cujos mercados consumidores são fonte de receita e, a despeito disso, não possuem mecanismos para tributar tal realidade.

A ausência de solução imediata para o impasse e a necessidade de ampliar arrecadação tem resultado na adoção de medidas unilaterais por parte de diversas jurisdições. São exemplares nesse sentido a França, Reino Unido, Itália e Espanha: todas criaram um “digital service tax” voltado às gigantes de tecnologia.

No Brasil, o debate começa a florescer de modo mais concreto neste ano, possivelmente em razão do contexto atual da pandemia de Covid-19, que demanda novas fontes de receita. Há dois projetos de lei (PL) em andamento que corroboram essa afirmação: o PL 2.358/2020, que prevê a criação de uma Cide Tecnologia, incidente sobre a receita bruta de serviços digitais de grandes empresas de tecnologia e do PLP 131/2020, que prevê uma alíquota majorada para a Cofins para empresas de “elevada receita que utilizem plataformas digitais”.

Em ambas as justificativas, o movimento mundial de criação de tributos específicos sobre empresas de tecnologia é mencionado. Há, naturalmente, necessidade de amplo debate sobre a conveniência de criação de mais uma contribuição ou mesmo da majoração da Cofins para a economia digital.

Não se sabe qual o impacto que a abertura dessa investigação terá sobre as discussões na OCDE. Pode-se sugerir, a partir da prática americana de usar a Seção 301 como mecanismos de pressão unilateral influenciar mudanças nas legislações dos países investigados ou obter concessões em negociações comerciais, que os EUA estejam buscando aumentar seu poder de barganha nas discussões multilaterais no tema.

É razoável imaginar que alguns países repensem seu posicionamento quando se depararem com a fatura que teriam que pagar aos EUA.

Nesse sentido, ao iniciar a investigação sob a Seção 301 em julho de 2019 contra o “digital service tax” da França, os EUA reiteraram que continuavam empenhados a

alcançar um acordo multilateral na OCDE regulamentando o tema. Ao final, concluíram que a tributação era discriminatória contra empresas americanas e indicaram que poderiam aplicar tarifas de importação sobre importações francesas que totalizavam bilhões de dólares. Em resposta, em janeiro de 2020 a França anunciou a suspensão do tributo.

De todo modo, é importante o Brasil acompanhar de perto o desenrolar dessa investigação nos EUA em razão do alto preço a se pagar no futuro, seja nas concessões brasileiras nas negociações da OCDE ou nas possíveis sobretaxas cobradas sobre as exportações brasileiras.

Rodrigo Luís Pupo e Tathiane Piscitelli são, respectivamente, sócio de MPA Trade Law, mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo e Universidade de Georgetown; professora da FGV Direito SP; doutora em Direito pela Universidade de São Paulo e presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB-SP.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

SALVADOR máscara protetora, veja.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Médicos comprovam: mulheres podem reduzir rugas com este truque
BELLECAPS

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

3x mais forte que hialurônico! Cientistas forçam pele a não ter rugas